

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 328
1 de Maio de 1980

Preço: 12\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

25 de Abril sempre!

Centenas de milhares de pessoas comemoraram o 25 de Abril de Norte a Sul do País: as imagens e as notícias nas páginas centrais



Visita da delegação do PCP à Suíça, Holanda, Bélgica e Grã-Bretanha

Na pág. 3, notícias e os comunicados conjuntos e notas de Imprensa relativos à visita da delegação do PCP, dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal e de que fazem parte os camaradas Domingos Abrantes e Albano Nunes, a quatro países da Europa capitalista

PELA PAZ E O DESARMAMENTO

Terminou na terça-feira em Paris o encontro de Partidos Comunistas e Operários da Europa sobre a Paz e o Desarmamento em que participou uma delegação do PCP composta pelos camaradas Aboim Inglês e Maria da Piedade Morgadinho, membros do Comité Central. O encontro aprovou um apelo aos povos da Europa que publicamos na pág. 5

COMÍCIO

Com Álvaro Cunhal
Domingo, às 18 horas
na Festa
da Amizade
em Almada

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

No próximo sábado, 3 de Maio, realiza-se uma reunião plenária do Comité Central do PCP. O Comité Central procederá a uma análise da situação política nacional e apreciará problemas internacionais



O trabalho na Ajuda!

No passado domingo foi assim no Alto da Ajuda! No próximo fim-de-semana, dois dias de trabalho! — Pág. 9



TODOS AO 1.º DE MAIO!

1 As comemorações do 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, ocorrem, em 1980, num momento de grande ofensiva do Governo reaccionário PPD/CDS contra o regime democrático, as suas liberdades e outras conquistas, como a Reforma Agrária, as nacionalizações e os direitos dos trabalhadores.

A partir do Governo e dos partidos que o apoiam na Assembleia da República está em curso uma profunda operação subversiva visando a destruição das conquistas da Revolução, a restauração do poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários, a liquidação do regime democrático.

2 Contra a marcha criminoso e fascizante do actual Governo, contra o real perigo de instauração de uma nova ditadura, o movimento operário e popular, as forças da democracia, estão respondendo com uma luta firme que assume, em alguns casos, formas de resistência verdadeiramente heróicas.

A política de destruição de direitos vitais dos trabalhadores, das nacionalizações, da Reforma Agrária, às violações da Constituição e da legalidade democrática, respondem a classe operária, os trabalhadores, as massas populares, no uso das liberdades e direitos consagrados na Constituição, com greves, paralisações, concentrações, manifestações, num poderoso movimento de luta jamais ultrapassado em amplitude e vigor no nosso país.

3 O 1.º de Maio de 1980 ocorre, num momento de grandiosa afirmação da vontade popular e nacional de defender Abril e as suas conquistas, como o demonstram as poderosas lutas em curso e as grandiosas realizações populares em torno do 6.º aniversário do 25 de Abril.

O 1.º de Maio de 1980 será mais um ponto alto na luta do Povo português para escorraçar o Governo fora da lei que viola a Constituição e a legalidade, que provoca a desordem e a subversão.

4 O Partido Comunista Português afirma que as forças que estão com o 25 de Abril, a liberdade e a democracia são mais fortes, poderosas e activas que as forças da reacção.

O Partido Comunista Português afirma que é necessário e possível modificar a actual situação, travando a ofensiva do Governo Sá Carneiro, desarticulando e finalmente derrotando o plano subversivo do PPD e do CDS, atirando para a rua o Governo Sá Carneiro, repondo a legalidade democrática e os direitos do Povo português, alcançando uma viragem democrática na política portuguesa que afaste da nossa pátria o perigo do fascismo e garanta o prosseguimento do regime democrático rumo ao socialismo.

5 O Partido Comunista Português saúda calorosamente a classe operária, todos os trabalhadores, a população laboriosa do nosso país que, determinada e valorosamente, se vêm batendo pelos seus direitos e conquistas.

Ao mesmo tempo, o PCP saúda fraternalmente quantos, em todo o mundo, lutam contra a exploração, o desemprego, a miséria, o racismo, o colonialismo, o imperialismo e quantos consolidam históricas vitórias edificando, no socialismo, um futuro livre, feliz e pacífico.

6 O Partido Comunista Português apela a todos os seus militantes e simpatizantes, ao espírito de unidade e luta da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, democratas e patriotas para que, unidos em torno da CGTP-Intersindical Nacional, façam do próximo 1.º de Maio uma gloriosa jornada de confraternização, unidade e luta dos trabalhadores, de toda a população laboriosa, em defesa das liberdades, da democracia, da independência nacional, dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

AVANTE POR UM GRANDIOSO 1.º de MAIO!

AVANTE PELA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA E DE TODO O POVO TRABALHADOR!

A LUTA CONTINUA POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E UMA NOVA POLÍTICA!

COM ABRIL, A VONTADE DO POVO PORTUGUÊS VENCERÁ!

29 de Abril de 1980

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português

Editorial 25 DE ABRIL E 1.º DE MAIO INSEPARÁVEIS NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Editorial

25 DE ABRIL E 1.º DE MAIO
INSEPARÁVEIS NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

PORTUGAL de Abril comemorou este ano, em termos de apoteose, o Dia da Liberdade.

Ao cabo de 6 anos de uma Revolução que transformou radicalmente a fisionomia económica, social e política do País e rasgou ao Povo português horizontes desconhecidos, Portugal marcou de novo encontro com o 25 de Abril.

Reencontrou-se, é o termo.

Reencontrou-se nesta curva apertada da situação nacional erigida de armadilhas e obstáculos oriundos da política provocadora e fascizante dum Governo que intenta por todos os meios atirar de novo a nossa Pátria libertada para o 24 de Abril.

Reencontrou-se numa trajectória ascensional de lutas, das mais poderosas e vastas, jamais travadas pela classe operária portuguesa da cidade e do campo, em prol de reivindicações imediatas profundamente sentidas, cuja expressão mais vigorosa foi a grande jornada nacional e popular de protesto contra a política do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, de 19 de Abril último.

Reencontrou-se finalmente nas significativas confraternizações dos militares das três armas que fizeram a «Revolução dos Cravos», na superação de desavenças secundárias e na reafirmação dos superiores objectivos democráticos que há seis anos, sob as estrofas de «Grândola Vila Morena», determinaram a arrancada vitoriosa dos «Capitães de Abril» contra o regime fascista e colonialista.

NESTE 25 de Abril de 1980 ressaltou a clara demarcação das forças democráticas e patrióticas que querem defender a herança libertadora da Revolução e as suas conquistas fundamentais em oposição às forças revanchistas, antidemocráticas e antipopulares que pretendem aniquilá-las.

Nas ruas, praças e jardins; nas fábricas, nas escolas e colectividades de recreio, no plano nacional muitas centenas de milhares de portugueses — adultos e crianças; homens e mulheres; jovens rapazes e raparigas, trabalhadores de todas as profissões. Deram-se as mãos numa resposta concludente à reacção, em magnífica unidade e determinação para defender Abril.

Do outro lado da trincheira, a clique Sá Carneiro/Freitas do Amaral, a coligação reacçãoária que detém o Governo, isolou-se ainda mais do Povo português, reviviu métodos do passado fascista caracterizados pela demagogia e a vacuidade.

Sá Carneiro, o seu Governo e a sua pequena corte reacçãoária reviveram práticas caciquelaras e ridículas, totalmente desacreditadas junto do nosso povo que tem ainda a memória fresca das bacoradas de um Tomás, das grotescas operações de «corta-a-fita», da «inauguração» de melhoramentos já inaugurados; das «concessões» de benesses já concedidas ou de espúria «parternidade».

O 25 de Abril de 1980 desenhou em relevo a linha divisória que separa os amigos da democracia e da liberdade dos seus jurados inimigos de hoje e de sempre.

E uma grande convicção ressumou das comemorações populares da «Revolução dos Cravos»: o 25 de Abril é já parte indissolúvel da própria vida reencontrada dos portugueses — quem o tentar destruir será destruído.

Os cravos de Abril ganharam raízes profundas no coração do Povo. Ninguém nem nenhuma força dele os arrancará.

PRECISAMENTE a reacção, personificada na clique Sá Carneiro/Freitas do Amaral, na coligação reacçãoária encabeçada pelo PPD e pelo CDS, quis fazer do Dia da Liberdade o grande ponto de arranque da sua operação eleitoralista subversiva contra a Revolução de Abril.

Tentativa de apagamento das manifestações e comemorações populares de Revolução por meio de uma iniciativa demagógica de grande estilo no plano nacional; apresentação pública de um candidato presidencial militar oposto ao 25 de Abril, identificado com a política partidária da «AD»; apresentação eleitoralista do Orçamento Geral do Estado na Assembleia da República.

Ao mesmo tempo casar a demagogia com a política concreta e deliberada de destruir as conquistas da Revolução, manter a continuidade da ofensiva terrorista e anticonstitucional contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações, contra as liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, principalmente dos trabalhadores, expressas na Constituição, pela manipulação mais descarada, ilegal e abjecta dos órgãos de comunicação social estatizados, em particular da TV e da Rádio, ao serviço da demagogia e da mentira e dos interesses imundos da reacção.

Pode-se dizer que a sua manobra da Aliança reacçãoária para confundir o Povo português foi derrotada; que as sórdidas tentativas da clique governante Sá Carneiro/Freitas do Amaral para esvaziar do seu conteúdo revolucionário as comemorações populares do Dia da Liberdade fracassaram estrondosamente, e que a extraordinária força do 25 de Abril no coração do Povo português, foi a afirmação mais vigorosa e a tônica dominante das grandes festividades nacionais do 6.º Aniversário da Revolução.

A apresentação de um candidato militar à Presidência da República, que se sabe hostil ao 25 de Abril, identificado partidariamente com o PSD e o CDS, revela a intenção das forças reacçãoárias capitaneadas por Sá Carneiro e Freitas do Amaral de abrir um novo foco de divisão e desestabilização no seio das Forças Armadas portuguesas.

Conhecidas as tendências golpistas dos dirigentes da Aliança reacçãoária e de vários dos seus figuras mais proeminentes, pode-se perguntar porquê Sá Carneiro e Freitas escolheram como candidato da «AD» um militar que sabem não dispor à partida de um apoio popular mínimo para vencer as eleições presidenciais de 1980.

Porquê uma tal candidatura?

Sabe-se que o objectivo central da grande operação política subversiva que neste momento está em curso por iniciativa das forças mais reacçãoárias apoiadas pelo imperialismo é a conquista absoluta do Poder em 1980, se possível através de uma farsa eleitoral mas não necessariamente apenas por essa via.

Desde o 25 de Abril, a reacção sempre combinou o uso das instituições democráticas — o chamado «jogo democrático» — e o golpismo, para o restabelecimento do poder político e económico dos monopólios (ligados ao imperialismo) e dos latifundiários.

O pseudodemocratismo, o golpismo e o bombismo têm sido ao longo do processo democrático no Portugal de Abril componentes inseparáveis da tática da reacção para assaltar o Poder.

O conhecido diversionismo do «agarra-que-é-ladrão!» é uma das formas de lançar para cima das forças mais consequentes da democracia — em primeiro lugar o PCP — a responsabilidade própria da acção subversiva permanente das forças reacçãoárias detentoras do Governo.

A desestabilização das Forças Armadas e antes de tudo dos dois órgãos de soberania de natureza político-militar no momento actual — o Presidente da República e o Conselho da Revolução — tem sido uma constante do trabalho de sapa da reacção para destruir o regime democrático e restaurar a ditadura.

A apresentação desde já de um candidato militar «descomprometido» com o 25 de Abril insere-se claramente nestes objectivos táticos da reacção no momento presente.

A apresentação de um OGE descaradamente eleitoralista e demagógico mostra que neste domínio, com a completa e anticonstitucional manipulação dos órgãos de comunicação social estatizados, em especial da TV e da Rádio, o Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral lançou-se abertamente na campanha eleitoral da «AD» pondo desde já ao serviço dos seus respectivos partidos a máquina governativa e o dinheiro de todos nós.

Demagogia, mistificação, incompetência — eis o que caracteriza o Orçamento Geral do Estado apresentado pelo Governo Sá Carneiro à Assembleia da República.

A forma como o Governo tripudia com os números para se dar ares de grande protector e amigo das classes trabalhadoras é de um cinismo despidorado.

A «conversa em família» de Sá Carneiro na TV na noite de 27 e as exposições dos ministros da Aliança reacçãoária no Parlamento exprimem o descarado eleitoralismo que preside aos gastos dos dinheiros públicos pelos actuais governantes.

Um e outro atingem as ralas da mistificação e da incompetência quando numa pirueta transformam a queda do salário real dos trabalhadores implícita no tecto salarial de mais 18% previsto no OGE num aumento de 23%... com os 5% da redução dos impostos sobre o trabalho. Aliás, os 5% incidirão apenas, nas previsões orçamentais do Governo, sobre salários superiores a 32 contos mensais.

Falsificação e mistificação

Confrontado com a poderosa movimentação de massas das últimas semanas que exprimem o amplo descontentamento popular contra a desastrosa política do Governo, confrontado com a força, vigor e amplitude das comemorações populares do 25 de Abril, o Primeiro-Ministro fez ontem perante a RTP uma intervenção deliberadamente voltada para a falsificação e a mistificação — afirma-se numa nota da SIP do PCP divulgada poucas horas depois da palmarada televisiva de Sá Carneiro no passado domingo. Prossegue a nota:

«A conversa em família» do Primeiro-Ministro mostrou que no Governo da reacção o empenho subversivo na liquidação da democracia e no agravamento das condições de vida da população é proporcional ao cinismo, hipocrisia e demagogia dos membros do Governo.

É muito significativo que, pretendendo cinicamente assinalar o 25 de Abril, Sá Carneiro tenha afinal vindo ressuscitar na RTP algumas das teses fundamentais de Marcelo Caetano. Com efeito, para Sá Carneiro como

para Marcelo Caetano, a responsabilidade da subida dos preços seria dos salários, a política externa portuguesa seria um radioso exemplo para o chamado «mundo ocidental», o Governo confundir-se-ia com o País e os interesses egoístas e restritos defendidos pelos partidos do Governo confundir-se-iam com os interesses nacionais.

O documento pomenoriza depois alguns dos aspectos mais flagrantemente contraditórios e mistificadores da ministerial palração:

O Primeiro-Ministro falou na defesa do poder de compra da população. Mas não explicou por exemplo como é que 11% de aumento proposto pelo Governo aos trabalhadores da Função Pública se transformam em 18%, não explicou como é que hipotéticos 18% de aumentos em contratos que vigoram de facto mais de um ano compensariam uma subida de preços fantasiosamente fixada em 20%, nem muito menos explicou como é que consegue somar percentagens de subidas de salários com percentagens de

alegadas reduções de impostos, sabendo certamente que se trata de números incidindo sobre montantes completamente diferentes.

O Primeiro-Ministro falou novamente de reduções de impostos. Mas mais uma vez não conseguiu explicar por exemplo, onde está, a propagandeada redução de impostos quanto é sabido que, segundo a proposta de OGE, as receitas do imposto profissional aumentarão 2,5 milhões de contos, as do complementar 1 milhão de contos e as de imposto de transacções (que atinge a generalidade dos cidadãos) 15,2 milhões de contos.

O Primeiro-Ministro falou em medidas sociais. Mas não conseguiu explicar, por exemplo, por que motivo o seu Governo, sendo responsável por três meses de sabotagem da aplicação de um Dec.-Lei do Governo anterior que alargava o pagamento do abono de família e consagrava o esquema mínimo de segurança social, vem agora abusivamente assumir a autoria de tais medidas.

O Primeiro-Ministro falou da Reforma Agrária e do Alentejo.

Mas não aproveitou a oportunidade para, por exemplo, rebater uma só que fosse das centenas de acusações concretas de ilegalidades, corrupção, prepotências e violências praticadas pelo seu Governo na zona da Reforma Agrária.

O Primeiro-Ministro falou de apoio ao Poder Local. Mas não explicou, por exemplo, porque motivo pretende então o Governo roubar às autarquias 25 milhões de contos a que têm indiscutivelmente direito segundo a Lei de Finanças Locais.

O Primeiro-Ministro falou de «consenso nacional» e de «projecto nacional». Mas não explicou, por exemplo, como é que a intolerância, o revanchismo e os objectivos destruidores de uma coligação governamental que não recebeu o voto da maioria dos portugueses, podem ser considerados como um «consenso nacional» nem explicou como é que o restabelecimento do poder dos monopólios e dos agrários pode ser assimilado a um «projecto nacional».

E a nota da SIP conclui: Apesar dos poderosos

instrumentos de intoxicação e manipulação da opinião pública a que o Governo antidemocrático recorre, os portugueses não se deixaram enganar por um Governo que, correndo o País em viagens eleitoralistas de velho estilo, inaugura pomposamente obras que são o resultado da

normal actividade da Administração Pública, convoca reuniões de agricultores para entrega de títulos de propriedade de terras que há muito são suas e depois não os entrega, anuncia medidas que afinal se traduzem na formação de grupos de trabalho com dois meses para chegarem

a conclusões e se apropria de medidas de governos anteriores que há muito deviam estar a ser aplicadas.

O Governo Sá Carneiro avalia mal a experiência, a maturidade política, a inteligência e o bom-senso dos cidadãos. Ao contrário do que pensa o Governo

Sá Carneiro, a consciência e os sentimentos democráticos dos portugueses não estão em saldo, nem podem ser comprados com umas pequenas migalhas distribuídas para ocultar o enorme bolo de favores e benesses concedidas pelo Governo aos grandes capitalistas e agrários.

Os portugueses sabem que por detrás das actuais manobras eleitoralistas do Governo da «AD», se perfila a firme intenção de, se passasse vitoriosamente as próximas eleições, sujeitar violentamente os portugueses ao extremo agravamento das suas condições de vida, à feróz repressão da sua luta e à liquidação das liberdades e do regime democrático. Os portugueses sabem que tudo quanto arrancarem deste Governo será fruto, não da abdicção popular, não da generosidade do Governo, mas principalmente o resultado da luta firme e unida da população laboriosa pela satisfação das justas reivindicações e aspirações.

As jornadas de 25 de Abril mostraram a fortíssima oposição popular ao Governo Sá Carneiro e a determinação democrática em defender o 25 de Abril e as suas conquistas. As próximas jornadas do 1.º de Maio confirmarão a realidade de um povo em luta contra o Governo da reacção.

Mera fachada nos Transportes

A Comissão coordenadora das Organizações Sindicais do Sector dos Transportes, que tem conduzido as últimas lutas, designadamente na Rodoviária Nacional contra a declaração da empresa «em situação económica difícil»,

desmascara o oportunismo das medidas «comemorativas» para a RN, o Metro, a Carris, a Marinha Mercante, a CP e a electrificação do ramal de Alfaielos, e especifica que:

Para a RN, a anunciada extensão das carreiras da margem Sul é um plano já antigo, conhecido pelo «conceito Sul». Prevê a criação de uma série de condições que não estão adquiridas pelo que desse plano só teremos agora a fachada.

Para o Metro, o aumento de 56 carruagens já estava previsto no plano de investimentos de 1979. Nada garante que agora venha a ser concretizado.

Para a Carris, as carreiras «expresso» de Santa Apolónia para o Aeroporto são um serviço «já em fase adiantada de construção» pelo que o Governo pouco tem a ver com a solução agora anunciada, enquanto «deixa de fora medidas fundamentais para a Carris, entre elas, as que permitem um aumento da velocidade comercial».

Para a marinha mercante, a aquisição de 17 navios, quando as empresas nacionais «têm mais de 50 navios estrangeiros ao seu serviço»,

é uma gota de água num mar de necessidades e inferior até à «previsão anunciada aos sindicatos por Governos anteriores».

Para a CP, além da «obra de fachada» constituída pela anunciada beneficiação das estações, (e nada de medidas de fundo que a CP necessita urgentemente) o rol de decisões previstas é do âmbito da gestão da empresa e não do Governo.

Para Alfaielos, a electrificação está praticamente pronta e o ramal só não está ainda em funcionamento «porque a incompetência (ou sabotagem) dos dirigentes da empresa, fiéis servidores deste Governo, o tem impedido».

Inflação soma e segue...

Depois do ministro das Finanças ter declarado, por mais de uma vez, que os preços iam descer, a inflação soma e segue.

Em finais de Março passado, os preços ao consumidor já tinham sofrido um agravamento de 22,3% em relação à igual período do ano anterior. A rubrica «Vestuário e Calçado» do índice de preços do I.N.E. teve um crescimento de 35,2%.

Assim, perante o visível aumento generalizado de preços, Sá Carneiro vem agora dizer que afinal o objectivo do Governo não é o de que os preços desçam, mas o de que estes subam menos do que no ano passado...

Assim, promete, mais uma vez, que a inflação será de 20% este ano, mas a verdade é que ela só no primeiro trimestre já vai em 22,3%.

Mas, mesmo o objectivo do Governo de passar a inflação de 24% para 20% — que não vai cumprir — nada tem de especial e visa, no fundamental, procurar jogar demagogicamente com o desconhecimento do grande público.

Recorde-se que, em 1975 quando se encontravam no Governo homens que queriam melhorar o nível de vida da população, a inflação baixou 15 pontos como o confirmam as estatísticas oficiais. Passou de 25% em 1974 para 15% em 1975!

É bom recordar estes números ao sr. Sá Carneiro e àqueles que ainda falam no «gonçalvismo»...

Aumento de Preços

LISBOA			PORTO		
PRODUTOS	Janeiro	Março	PRODUTOS	Janeiro	Março
Feijão branco	62\$60	67\$00	Feijão branco	44\$50	48\$10
Feijão manteiga	68\$40	77\$80			
Feijão catarino	62\$20	68\$70			
Grão-de-bico	65\$30	67\$40			
Came 1.ª sem osso	371\$80	373\$40	Came 1.ª sem osso	336\$40	352\$70
Came 2.ª sem osso	274\$90	278\$90	Came 2.ª sem osso	261\$80	276\$80
Lombo	490\$80	497\$80	Lombo	425\$50	443\$60
			Fígado	214\$30	238\$90
			Fiambre	287\$30	292\$90
Peixe fresco e frigorificado:					
Faneca	146\$00	148\$60	Faneca	128\$00	139\$90
Marmota	223\$00	224\$00	Marmota	214\$90	216\$90
Peixe congelado:	84\$00	88\$40			
Pescada					
Moluscos frescos ou frigorificados:					
Lulas	262\$10	307\$80	Lulas	230\$90	260\$00
Peixe em conserva enlatado:					
Atum em azeite ou óleo	308\$00	320\$90	Atum em azeite ou óleo	290\$80	309\$80
Azeite fino embalado (até 1,5.º)	110\$90	114\$20	Azeite fino embalado (até 1,5.º)	110\$80	121\$00
Azeite extra embalado (de 0,5 a 1.º)	112\$50	114\$90	Azeite extra embalado (de 0,5 a 1.º)	112\$50	120\$60
Óleos alimentares	53\$50	61\$60	Óleos alimentares	53\$50	61\$70
Margarina	72\$20	80\$20	Margarina	72\$20	78\$60
Mistura de sucedâneos com café	125\$40	132\$00	Mistura de sucedâneos com café	209\$30	224\$10
Chá preto embalado	409\$10	415\$40	Chá preto embalado	409\$30	423\$00



Semana

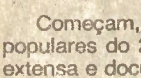
23
Quarta-feira



M. Lourdes Pintasilgo

Em vários plenários, os trabalhadores da Petrolag aprovam a proposta sobre o prosseguimento das formas de luta apresentadas pelas estruturas sindicais representativas dos químicos e do comércio, a que aderiram também as organizações sindicais dos escritores e técnicos de venda; a proposta incluiu uma paralisação nos dias 28, 29 e 30 de Abril e manifestações num dos três dias ■ As direcções das 32 associações sindicais subscritoras da proposta Reivindicativa Comum (PRC) dos trabalhadores da Função Pública decidem propor à classe o endurecimento da luta se o Governo não abandonar a intransigência com que tem negociado as condições de trabalho no sector ■ O director-geral da UNESCO, Amadou M'bow, afirma em Estrasburgo que Maria de Lourdes Pintasilgo é membro do Conselho Executivo daquele organismo a título pessoal e não governamental; entretanto uma «fonte governamental portuguesa» citada pela ANOP, declara, em Copenhaga, que está «definitivamente» assente que Lourdes Pintasilgo não volte para a UNESCO ■ Chega a Lisboa a delegação do PCP, chefiada por Álvaro Cunhal, que visitou a Suíça, Holanda, Bélgica e Grã-Bretanha a convite dos respectivos partidos irmãos ■ O grupo parlamentar do PCP faz saber, em comunicado, que impugnará, por inconstitucional, uma eventual admissão pelo presidente da Assembleia da República de qualquer projecto de lei da «AD» destinada a «ressuscitar» a proposta governamental de alterações à lei do recenseamento, derrotada há dois dias.

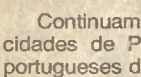
24
Quinta-feira



Filipe Duarte

Comemam, em todo o País, os festejos e comemorações populares do 25 de Abril ■ A RDP (Rádio Comercial), de uma extensão e documentada entrevista solicitada a Maria de Lourdes Pintasilgo sobre a sua permanência forçada em Lisboa, transmite apenas um período que não ultrapassou um minuto e 37 segundos ■ Parte para a Holanda uma delegação do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Évora a convite de dois comités de solidariedade com a Reforma Agrária.

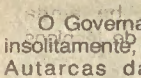
25
Sexta-feira



António Guterres

Continuam os festejos populares do 25 de Abril nas principais cidades de Portugal, vilas e aldeias e também nos núcleos portugueses da emigração; a Assembleia da República assinala a data com uma sessão solene tendo discursado, além dos representantes dos partidos políticos e do presidente daquele órgão de soberania, o Presidente da República o qual, na sua qualidade de comandante supremo das Forças Armadas, presidiu também às comemorações militares que decorreram na Praça do Império, em Lisboa; o Executivo de Camêiro/Amal, a pretexto de comemorar a data, faz ressurgir o estilo «corta-fitas» ■ O Conselho da Revolução, em mensagem dirigida ao povo português assinalando o VI aniversário do 25 de Abril, sublinha a sua inabalável confiança no amor à liberdade e na vontade democrática do povo português.

26
Sábado



António Guterres

1978 — Os trabalhadores conserveiros, os pescadores de Peniche e os trabalhadores da Siderurgia Nacional paralisaram a nível nacional, com períodos diferentes, em luta pelos respectivos CCTs e ACTs.

27
Domingo



António Guterres

1979 — Em Évora realiza-se um plenário das UCPs do distrito, onde se decide mobilizar todos os meios necessários para a campanha das colheitas das searas Outono-Inverno.

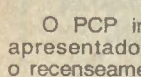
28
Segunda-feira



António Guterres

1978 — Uma «magem» fascista ao túmulo de Salazar em Santo Comba Dão traduz-se num fiasco: são mais os jornalistas que os «romeiros».

29
Terça-feira



António Guterres

1984 — Estreia-se, no Teatro da Trindade, a Orquestra da Academia dos Amadores de Música, sob a direcção do regente profissional Filipe Duarte.

Navéspera do 25 de Abril protesto contra o 24

O 25 de Abril foi, na Assembleia da República, ocasião para que os partidos da oposição voltassem a afirmar — cada um à sua maneira e à medida do seu empenhamento na luta pela democracia — o seu apego às transformações que aquela data revolucionária permitiu. Por seu lado, os partidos da direita, arremedaram uma linguagem solene a condizer com as passadarias e o protocolo. Mas não deixaram de trai-se.

O amargor da recente derrota da proposta de recenseamento eleitoral e a natural repugnância em comemorar Abril levaram alguns deputados a recusar cravos vermelhos oferecidos à entrada. O CDS, que apareceu de cravo branco, abandonou-o logo. E quase todos os apoiantes do Governo batucaram nas mesas, tentando impedir a audição do discurso contudente da deputada do MDP/CDE, Helena Cidade Moura.

Já na véspera, dia 24 de Abril — data mais a condizer com as aspirações «AD» — a direita tivera a oportunidade de verter o seu fel sobre a democracia, a propósito de um voto de protesto apresentado pelo PS contra o que Zita Seabra chamou a inqualificável atitude do Governo de Sã Camêiro/Freitas do Amal, de impedir a engenheira Lourdes Pintasilgo, ex-Primeiro-Ministro, de participar na 109.ª Sessão do Conselho Executivo da UNESCO.

Interrogando-se sobre as razões de tal atitude, a deputada comunista respondera:

Porque Lourdes Pintasilgo é uma mulher, que foi capaz de se colocar, quando Primeiro-Ministro, do lado dos oprimidos. Porque Lourdes Pintasilgo é católica praticante e teve a coragem de assumir a sua fé e ser coerente com ela, mesmo nas cadeias do poder. Porque Maria de Lourdes Pintasilgo teve a coragem de como Primeiro-Ministro contactar directamente com as populações e seus problemas num estilo de que as actuais passetas à Tomás, de corta-fitas dos ministros do Governo AD, são uma ridícula caricatura.

AD volta a atacar

Depois de rejeitada a proposta de lei sobre o recenseamento, a «AD» volta à carga, agora através dos seus deputados atentos e obrigados, renovando aquela iniciativa legislativa, desta vez sob a forma de um projecto de lei. Deputados comunistas impugnaram a admissão do projecto, por violação do Artigo 170, n.º 3, da Constituição que dispõe: «os projectos e as propostas de lei definitivamente rejeitados não podem ser renovados na mesma sessão legislativa, salvo nova eleição da Assembleia da República».

Por seu lado, da iniciativa do grupo parlamentar do PCP, foram apresentados dois projectos de lei: o que recebeu o número 451/1, sobre a criação da Licenciatura em Artes Plásticas e Design; e o 461/1, sobre o regime fiscal das cooperativas de habitação económica.

Orçamento e Plano sem perspectivas

(...) O Governo não oferece quaisquer perspectivas de inversão do plano inclinado em que a sua política demagógica e aventureira este será superada a 900 milhões de dólares.

A demagogia com que o Governo quer encobrir as suas reais intenções assume por vezes aspectos que não são dignos de um governo que se quer aprofundar o seu profundo desprezo pela situação do Povo português e uma profunda ignorância do que é o País real.

O exemplo dado ontem pelo senhor Primeiro-Ministro ao anunciar o aumento do abono de família às famílias numerosas com rendimento global inferior a 11 contos é bem significativo disso: faz alguma ideia da situação do País o senhor Primeiro-Ministro que apresenta como exemplo da sua política social, o «aumento» dado uma família de 12 pessoas sobrevivendo com menos de 11 contos por mês? Explique-nos o Governo: quantas famílias estão nessas condições? Qual é o rendimento per capita dessa família antes e depois dos propalados aumentos de abonos?

Tem o Governo alguma ideia do que é que significa a hipotese que colocou?

Quanto às pensões de reforma — outro tema de primeira linha na campanha governamental — o que se constata (apenas das muitas promessas) é que de um milhão e 600 mil reformados e pensionistas existentes serão contemplados pouco mais de 250 mil e, destes, 137 284 com um aumento que irá de 10 \$ 00 a 250 \$ 00 mensais. Quanto aos nuntis das promessas ficam: é ou não verdade que não haverá qualquer aumento aos rurais?

Os portugueses vivem hoje pior e estas propostas de OGE

Um Orçamento contra as leis e contra o povo

O Governo veio, numeroso, apresentar à Assembleia o Orçamento Geral do Estado. Veio disposto, como na véspera o Primeiro-Ministro o fizera na televisão, a colorir artificialmente o negrume de um projecto que é contra os interesses do povo e do país. Veio disposto a baralhar os números, distribuindo anúncios de benesses enquanto que, no texto, para além da aridez da palavra técnica, se consegue descobrir a real intenção do governo e dos seus apoiantes: distribuir aqueles que mais possuem as grandes fatias do bolo pago por aqueles que menos possuem.

Enchendo a boca de «classes mais desfavorecidas» — os defensores do OGE apresentado à Assembleia, tanto ministros como deputados da direita, não conseguiram, no entanto, esconder que, com este diploma aprovado, se vai agravar mais ainda a situação da maioria dos trabalhadores, principalmente das «classes mais desfavorecidas».

As promessas, tanto eleitorais, como as que se continuam no Programa do Governo, são agora desmentidas, de novo.

Dia a dia vão apresentando números mais graves — contentou para o «Avante!» Octávio Teixeira, deputado comunista, falando do discurso de apresentação do OGE proferido na segunda-feira passada pelo ministro das Finanças. Salientou alguns aspectos significativos:

«Primeiro o facto de ele ter avançado em termos de perspectivas de défice das relações económicas externas — 800 milhões de dólares, quando o Plano referia 746 milhões. O ministro do Comércio tinha avançado, por seu lado, o número de 900 milhões de dólares. De facto os resultados do comércio externo estão a ser muito piores para o país do que o Governo pretende mostrar à Assembleia. Regista-se ainda uma diminuição de divisas existentes no país: no primeiro trimestre de 80 houve uma diminuição de cerca de 20 milhões de contos, enquanto que, no ano passado, no período correspondente, se registou um aumento de 2 milhões e meio de contos.

Apreciando brevemente a forma como o ministro respondia às intervenções e pedidos de esclarecimento que lhe foram dirigidos, Octávio Teixeira observou:

«O que se pode dizer é que o ministro continua a manipular números. O Governo demonstra assim que tem dois orçamentos: um que toma conhecido para efeitos de propaganda: outro que é para consumo do próprio Governo. Há ainda um aspecto que é de realçar e que diz respeito ao salário real dos trabalhadores: é que este Governo afirma nada ter a ver com os governos anteriores. Dizem que

não têm nada a ver com o que os trabalhadores perderam no passado nem se preocupam com a sua recuperação.

Quem os acredita?

Cavaco Silva, entretanto, no seu discurso, fez afirmações que muitas vezes foram sublinhadas pelas gargalhadas ou pelos protestos da oposição. A dado passo, depois de voltar a dizer que os preços desceram (!), referiu-se ao «inequívoco apoio do Governo às autarquias» e ao «cumprimento da Lei das Finanças Locais».

«Quanto à Lei de Finanças Locais só parcialmente a cumprir — desmentiu Octávio Teixeira. — Dão apenas uma parte e não desmentem que as autarquias foram roubadas em 25 milhões de contos.

Mas não é só aqui que o Governo se propõe seguir uma política contrária aos interesses populares. Octávio Teixeira dá exemplos:

«Quando os reformados, que são um milhão e 600 mil, apenas 250 mil são aumentados. Por outro lado, o ministro anunciou na televisão a instauração de um tecto salarial. Revela que os preços vão aumentar 20 por cento, que os impostos diminuam 5 por cento e que os salários subirão 18 por cento.

É ainda de sublinhar que apenas vão beneficiar dos tais 5 por cento aqueles que ganham mais de 32 contos por mês. De facto 80 por cento dos trabalhadores portugueses vão beneficiar, no máximo, de 3900 escudos por ano, enquanto que, os que ganham 60 contos mensais, beneficiam de 3600 por mês!

Um orçamento de mudança?

Foi um tal diploma, que consagra a desigualdade e que agrava consideravelmente o nível de vida da população trabalhadora, que foi defendido no hemisfério por um Governo que começou por se desculpar com as dificuldades externas e com os aumentos do petróleo.

Elogiado por todos os grupos da direita, o Orçamento que apresenta «o maior défice orçamental de sempre» conseguiu o tal consenso a que o primeiro ministro se referia na TV, não o consenso nacional, mas o consenso da direita representada no hemisfério, ainda que com algumas reservas de forma. A oposição em peso reprovou-o. Ficou claro de que se trata de um Orçamento de mudança para o 24 de Abril. De um Orçamento — como disse Veiga de Oliveira — contra as leis e contra o povo.

4 meses já demonstraram...

O Governo reafirma que a «Constituição Colectiva» não vai proporcionar em 1980 acréscimos de salários reais, enquanto o Primeiro-Ministro restaura o famigerado tecto salarial de 18% de Mota Pinto. O que entende afinal o Governo por acréscimos de salários reais? O Governo diz querer aumentar os salários reais e os trabalhadores apenas pedirem 30% de aumento de salários, ou seja, menos 12% do que o aumento dos preços, enquanto o mesmo admitindo que a inflação se situaria nos 20% e os aumentos brutos da massa salarial de 18%, os trabalhadores nãoariam mais de 2% de aumento real.

Com tão nobres exemplos dos seus chefes de fila, o grande patronato da CIP e da CAP vai fabricando as suas leis nas empresas e nos campos, aumentando a repressão, impedindo o cumprimento das leis sindicais, desrespeitando as cláusulas contratuais e intensificando os ritmos e cargas de trabalho, usando e abusando dos contratos a prazo, pondo afinal na prática os princípios governamentais das tristemente célebres 15 medidas ditadas anti-inflacionistas que visaram a contenção dos salários e o aumento, a todo o custo, da produtividade do trabalho. O senhor Primeiro-Ministro no passado domingo explicou melhor o princípio da contenção dos salários quando clarificou que afinal o tecto salarial é de 18%.

Embora o Governo afirme nas Opções do Plano que a melhoria das condições de vida dos portugueses se fará pela «conservação do valor real dos rendimentos brutos, através da adequada evolução dos salários, face ao crescimento dos preços», a realidade destes 4 meses já demonstrou que o Governo não só limita a contratação e impede tais aumentos no sector empresarial do Estado e aos trabalhadores da Função Pública, como incita e apoia o patronato a seguir política semelhante, através do controlo administrativo e dos atrasos na publicação do Boletim do Ministério do Trabalho da indústria e das empresas colectivas. Quer dizer mesmo admitindo que a inflação se situaria nos 20% e os aumentos brutos da massa salarial de 18%, os trabalhadores nãoariam mais de 2% de aumento real.

Em segundo lugar, mesmo que os trabalhadores consigam negociar novas tabelas salariais no prazo de 12 meses, o Ministério do Trabalho, através da respectiva publicação no Boletim do Ministério do Trabalho, E assim que, por exemplo, das convenções colectivas de trabalho publicadas em Janeiro deste ano nos Boletins do Ministério do Trabalho, a vigência média por trabalhador das tabelas revistas foi superior a 16 meses.

Ilda Figueiredo (30/4/80)

capitalistas o que se poderia esperar era um conjunto de medidas efectivas para diversificar as nossas relações externas. Mas não, o Governo não só agrava deliberadamente as relações com os países socialistas e com os novos países africanos, como tem a audácia de tentar afundar as nossas relações externas. Apresenta a CEE como a prioridade das prioridades das mas confessa em Comissão Parlamentar não ter os *dossiers* estudados nem saber os efeitos da crise na nossa economia. Diz que o calendário da integração será acelerado, mas não apresenta um único elemento comprovativo de uma negociação em que os interesses nacionais sejam defendidos. Acena mitologicamente com a CEE mas nada esclarece sobre a situação da integração. Quanto à nossa indústria naval, ao nosso planeamento, à indústria siderúrgica, à têxtil, aos produtores de vinho e de leite. Nada nos diz que avanço para a redução da inflação de 20 para 15%, e não apenas quatro pontos como agora promete o Governo sabendo inclusive que não há qualquer perspectiva de melhoria da situação quando confrontados com as grandes cadeias de supermercados e superfícies comerciais apoiadas por poderosos grupos financeiros. E isto era elementar para um Governo que tanto fala em iniciativa privada. Era elementar para a iniciativa privada não fosse no fundo o grande, capital, não fosse as 100 famílias que dominam Portugal. Por outro lado, na mesma linha de coerência não é feita qualquer referência ao sistema constitucional vigente e aos objectivos consignados. O papel que cabe ao sector nacionalizado é simplesmente omitido e não há qualquer afirmação positiva no sentido da consolidação e desenvolvimento. Enquanto isto, agrava-se a situação financeira de milhares de empresas, agrava-se a crise de numerosos sectores industriais como o sector da metalomecânica e o seu ramo pesado, o mobiliário metálico, etc.

Em relação ao sector energético nada nos é dito sobre a política seguida pelo Governo,

nada nos é dito, por exemplo, como é que o Governo encara a energia nuclear, como se comporta em relação à política de transportes, nem sequer, é feita qualquer referência à necessidade de um plano nacional de transportes que promova a coordenação e distribuição das cargas e passageiros numa óptica de interesse nacional.

O que fica claro do OGE e dos GOP é que o Governo não vai cumprir a Lei das Finanças Locais, que o desemprego vai aumentar, que a situação dos pequenos e médios empresários se vai agravar, e que o défice da balança de transações correntes vai ultrapassar os 900 milhões de dólares sem que se promova uma política de desenvolvimento e de expansão da economia.

Carlos Carvalho (29/4/80)

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política orientada firmemente para a garantia dos direitos, liberdades e regalias conquistadas pelos trabalhadores, para a elevação dos seus salários reais, que combata os despedimentos e o desemprego e estimule e reconheça a contribuição decisiva do trabalho criador, o esforço e a opinião dos trabalhadores portugueses como indispensáveis ao progresso económico e social do País.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que enfrente corajosamente os problemas de fundo da economia portuguesa, assegure a modernização e dinamização das estruturas e actividades produtivas, que vise o desenvolvimento independente da agricultura, da indústria e das pescas nacionais e reduza a perigosa dependência económica do estrangeiro.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que dê resposta às grandes reivindicações e aspirações dos agricultores portugueses, que adopte medidas rápidas e eficazes para superar o atraso e as dificuldades da agricultura do Centro e Norte, garantindo o pleno aproveitamento nacional do trabalho anegado e sacrificado dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política de apoio às pequenas e médias empresas comerciais e industriais, que aumentando o poder de compra e alargando o mercado interno contribua para o escoamento da sua produção,

condições de vida dos portugueses se fará pela «conservação do valor real dos rendimentos brutos, através da adequada evolução dos salários, face ao crescimento dos preços», a realidade destes 4 meses já demonstrou que o Governo não só limita a contratação e impede tais aumentos no sector empresarial do Estado e aos trabalhadores da Função Pública, como incita e apoia o patronato a seguir política semelhante, através do controlo administrativo e dos atrasos na publicação do Boletim do Ministério do Trabalho da indústria e das empresas colectivas. Quer dizer mesmo admitindo que a inflação se situaria nos 20% e os aumentos brutos da massa salarial de 18%, os trabalhadores nãoariam mais de 2% de aumento real.

Em segundo lugar, mesmo que os trabalhadores consigam negociar novas tabelas salariais no prazo de 12 meses, o Ministério do Trabalho, através da respectiva publicação no Boletim do Ministério do Trabalho, E assim que, por exemplo, das convenções colectivas de trabalho publicadas em Janeiro deste ano nos Boletins do Ministério do Trabalho, a vigência média por trabalhador das tabelas revistas foi superior a 16 meses.

Ilda Figueiredo (30/4/80)

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política que garanta a independência da comunicação social do Estado, que salvegarde o pluralismo e o confronto democrático de ideias, que actue como factor de formação democrática da opinião pública, liberta da manipulação e da prática de intoxicação.

Para prosseguir o 25 de Abril, Portugal precisa de uma política externa baseada nos princípios constitucionais, de paz, amizade e cooperação com todos os povos, de diversificação das relações diplomáticas, económicas e culturais do País, favorável ao desenvolvimento e ao salvaguardamento da soberania e independência nacional.

É esta a política que Portugal precisa e a que os portugueses aspiram. É por isso, que neste 6.º aniversário do 25 de Abril, contra um Governo e uma política ostensivamente inimigos dos ideais, realizações e esperanças do 25 de Abril, há um povo que se une e combate, um País que luta e um regime democrático que resiste.

As comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio, na sequência da grandiosa movimentação popular dos últimos meses, vão confirmando que há forças e condições para fazer frente aos perigos que se adensam sobre o 25 de Abril e as suas conquistas, que há forças bastantes para derrotar a conspiração global contra o regime democrático.

Defendendo activamente os seus direitos, conquistas e aspirações, respondendo com a sua unidade e a sua luta a uma política antipovo e antidemocrática, erguendo a voz contra a prepotência e a injustiça, a restauração dos privilégios e do poder dos inimigos da democracia e do 25 de Abril, preparando as condições para a vitória da democracia sobre os perigos que a ameaçam, há milhões de portugueses que tomam nas suas mãos a tarefa patriótica da defesa e do prosseguimento do 25 de Abril.

Perante todos os portugueses que aspiram à defesa da liberdade, à estabilidade política, económica e social, à criação de um clima de convivência democrática, de trabalho criador e fecundo ao serviço do progresso económico e social do País, à realização da justiça social, à resposta colectiva aos graves problemas nacionais, à salvaguarda da dignidade da soberania e da independência de Portugal perfila-se cada vez mais uma sólida certeza: é no caminho de Abril que tais objectivos nacionais podem ser alcançados.

O 25 de Abril é a razão, a verdade, o futuro do Povo português. O regime democrático triunfará. O 25 de Abril vive e viverá. O 25 de Abril vencerá!

Joaquim Gomes na Assembleia: A política necessária para prosseguir o 25 de Abril

As comemorações do 6.º aniversário do 25 de Abril realizam-se numa situação e num momento que lhes confere um particular significado democrático e patriótico.

Os perigos e ameaças que pesadamente caíram sobre as esperanças, as realizações e as conquistas a que o 25 de Abril ficou historicamente associado, conferem à celebração popular e nacional da libertação do fascismo o valor e a projecção de uma inabalável afirmação da vontade colectiva de assegurar o triunfo na Terra Portuguesa para hoje e para amanhã, dos ideais da liberdade, da democracia, da justiça e do progresso social, da independência nacional.

Hoje, dia 25 de Abril de 1980, seis anos volvidos sobre a data que restituiu a liberdade ao Povo português, o que importa reter é o profundo motivo de confiança que resulta do facto de os verdadeiros e decisivos obores da libertação do fascismo e da democratização da vida nacional — Povo e Forças Armadas — comemorarem dignamente este acontecimento histórico.

A seis anos de distância do 25 de Abril de 1974, quanto mais nítidas se desenhavam as ameaças e o plano subversivo da reacção contra o regime e as instituições democráticas, mais e mais se justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovado calor, os heróicos capítos de Abril que com a sua coragem e patriotismo ganharam para sempre a gratidão e o reconhecimento do povo português e um lugar irreversível na sua memória e no seu coração.

A seis anos de distância, quanto

maior é a afronta da instalação em posições chave da vida nacional daqueles contra quem o 25 de Abril foi feito, mais e mais se justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovada emoção, o exemplo de tantos quantos na resistência ao fascismo deram as suas energias, a sua liberdade e a sua vida para manter aceros os ideais democráticos, para manter viva a esperança e a luta pela libertação.

A seis anos de distância, quanto mais patente se torna o vendaval destruidor soprado pelas forças do passado contra tudo quanto o povo conquistou com o 25 de Abril, mais e mais se justifica que, desta tribuna, saudemos, com renovado destaque, todos os portugueses e portuguesas que deram a sua dedicação, a sua generosidade, a sua firmeza à obra exaltante da democratização, renovação e transformação progressista da vida nacional.

O que está na ordem do dia é a necessidade urgente e imperiosa, de defender as liberdades e as outras conquistas de Abril, defendendo a Constituição e a legalidade democrática, travando o plano subversivo em marcha para o regresso ao passado.

Portugal não tem hoje nem um Governo nem uma política identificada com os ideais libertadores do 25 de Abril. Tem um Governo que segue uma política que lhe é abertamente contrária.

Portugal precisa de uma política que defenda e apoie o sector nacionalizado da economia, que salvegarde as posições do Estado em centenas de empresas, como condição essencial da recuperação e desenvolvimento económico, de acordo com os interesses nacionais, e como factor de primeiro plano para a geral dinamização das actividades produtivas nacionais.

Encontro de Paris pela Paz e o Desarmamento

O Encontro de Partidos Comunistas e Operários da Europa pela Paz e o Desarmamento, realizado em Paris na passada segunda e terça-feira, aprovou um **Apelo aos Povos dos Países da Europa**, que publicamos na íntegra.

Realizado por iniciativa do Partido Operário Unificado Polaco e do Partido Comunista Francês, o Encontro contou com a participação nos seus trabalhos de delegados de 22 partidos comunistas e operários da Europa. O Partido Comunista Português fez-se representar no Encontro de Paris por uma delegação constituída pelos camaradas Aboim Inglês e Maria da Piedade Morgadinho, membros do Comité Central do nosso Partido. Na intervenção proferida no decorrer dos trabalhos o camarada Aboim Inglês diria:

Viemos a este Encontro movidos pela profunda preocupação, partilhada convosco, que nos é causada pelos graves perigos para a vida e a luta dos nossos povos, que derivam de acções e planos belicistas ultimamente empreendidos pelo imperialismo, pela urgência que daí decorre de ampliar e intensificar a acção das mais amplas massas, na Europa e no Mundo, pela paz e o progresso social.

Participaram na Conferência delegados dos seguintes partidos comunistas e operários da Europa: **Partido Socialista Unificado da Alemanha** (RDA), dirigida pelo camarada Hermann Axen, secretário do Comité Central, membro da Comissão Política; **Partido Comunista Alemão** (RFA), dirigida pelo camarada Karl-Heinz Schroeder, membro do Presidium e secretário do Comité Central; **Partido Comunista da Áustria**, representado pelo camarada Erwin Scharf, secretário do Comité Central, membro da Comissão Política; **Partido Comunista da Bélgica** (observador), dirigida pelo camarada Jef Turf, vice-presidente; **Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste**, dirigida pelo camarada Dietmar Ahrens, vice-presidente; **Partido Comunista Búlgaro**, dirigida pelo camarada Alexandre Lilov, secretário do Comité Central, membro da Comissão Política; **Partido Comunista da Checoslováquia**, dirigida pelo

camarada Basic Bilak, membro do Presidium, secretário do Comité Central; **Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre** (AKEL), dirigido pelo camarada Andreas Fantis, secretário-geral adjunto; **Partido Comunista da Dinamarca**, dirigida pelo camarada Ib Norlund, secretário do Comité Central, membro da Comissão Política; **Partido Comunista da Finlândia**, dirigida pelo camarada Erkki Kivimäki, membro da Comissão Política, secretário nacional; **Partido Comunista Francês**, dirigida pelo camarada Maxime Gremetz, secretário do Comité Central, membro da Comissão Política; **Partido Comunista da Grécia**, dirigida pelo camarada Stratis Tsambis, membro da Comissão Política; **Partido Socialista Operário Húngaro**, dirigida pelo camarada Andras Gyenes, secretário do Comité Central; **Partido Comunista da Irlanda**, dirigida pelo camarada Michael O'Riordan, presidente; **Partido Comunista do Luxemburgo**, dirigida pelo

camarada René Urbany, presidente; **Partido Comunista de Malta**, dirigida pelo camarada Paul Agius, membro do secretariado; **Partido Comunista da Noruega**, representado pelo camarada Hans Kieven, vice-presidente; **Partido Operário Unificado Polaco**, dirigida pelo camarada Andrzej Werblan, secretário do Comité Central, membro da Comissão Política; **Partido Suíço do Trabalho** (observador), representado pelo camarada Armand Magnin, secretário-geral; **Partido Comunista da Turquia**, dirigida por uma camarada membro da Comissão Política; **Partido Comunista da União Soviética**, dirigida pelo camarada Boris Ponomarev, membro suplente da Comissão Política, secretário do Comité Central.

A delegação do **Partido Comunista Português** era constituída pelos camaradas Carlos Aboim-Inglês e Maria da Piedade Morgadinho, membros do Comité Central.

● Apelo de comunistas aos povos dos países da Europa

A aceleração insensata da corrida ao armamento suscita a vossa inquietação. Povos dos países da Europa, tendes razão para estar vigilantes.

A acumulação dos meios de destruição e de morte assestados sobre o nosso continente tão densamente povoado faz pairar uma grande ameaça sobre o nosso destino comum. Mas também sabeis quanto isso representa de desperdício, de intolerável desvio de meios indispensáveis à satisfação das necessidades quotidianas e do desenvolvimento futuro dos povos e nações da Europa.

Todos constatais quanto são nefastas à paz, ao desanuviamento, à confiança recíproca e à confiança internacional, as campanhas de psicoses de guerra levadas a cabo nos últimos tempos e visando mergulhar de novo o mundo na guerra fria.

Eis que se projecta a instalação de novos arsenais nucleares no coração da Europa, eis que vêm a lume novas tentativas para destruir as conquistas do desanuviamento, eis que se põem em questão os acordos estabelecidos, as negociações em curso, as relações económicas, culturais, desportivas, humanas.

Os povos do nosso continente pagaram muito caro o privilégio de conhecer os preços da paz, da amizade e de uma cooperação sólida e duradoura. O 35.º aniversário da vitória sobre o hitlerismo permite sentir até que ponto a paz é um dos primeiros direitos do homem, um valor humano necessário.

Todos nós os que construímos a nossa vida num dos países da Europa temos tudo a perder com o prosseguimento de uma perigosa escalada. Recusemos a simples hipótese de alijamento desta região do mundo cujo considerável potencial humano e económico é necessário à Humanidade, constituindo uma parte do património do homem na terra.

Quem quer que sejamos ou onde quer que vivamos na Europa, todos temos tudo a ganhar com a procura de soluções negociadas para os problemas existentes: temos tudo a ganhar com a redução dos armamentos e das forças militares, com o avanço para o desarmamento, de acordo com as exigências de uma segurança igual e garantida para todos os Estados e povos.

Existem forças bastantes para o conseguir.

Nós, comunistas, somos homens amantes da paz, desejamos o desarmamento, a cooperação e a amizade entre os povos. É por isso que vos dizemos: a paz diz-nos respeito a todos e a acção de todos fará com que ela triunfe.

Todos juntos: — trabalhemos para a anulação da decisão da NATO sobre a produção e instalação de novos mísseis americanos na Europa, trabalhemos para a realização de negociações eficazes em condições garantidas de igualdade e de segurança sobre a questão dos mísseis de médio alcance; — actuemos para a ratificação no mais breve espaço de tempo do Tratado SALT e para o prosseguimento de negociações que favoreçam a posterior redução das armas estratégicas;

— lutemos por decisivos progressos nas negociações de Viena, e para a redução das forças militares e armamentos, e apoiemos todas as medidas parciais que a tal conduzam, incluindo a criação de zonas sem armas nucleares e garantias contra a utilização

dessas armas;

— lutemos pela concretização em 1980 do encontro de Madrid sobre a segurança e a cooperação na Europa. Tenhamos por objectivo ir mais longe na aplicação por todos os Estados de todas as disposições da Acta Final de Helsínquia, particularmente no que se refere à consolidação do desanuviamento político e militar;

— trabalhemos pela realização em Varsóvia de uma conferência europeia para o desanuviamento militar e o desarmamento no nosso continente;

— exijamos a aplicação prática das decisões da Sessão Especial da ONU sobre o Desarmamento;

— pugnem para que os meios assim conseguidos sejam utilizados na luta pelo desenvolvimento e contra a fome, tal como o reclamam os países não alinhados. Isto corresponde aos interesses de toda a Humanidade.

Sim, a luta pelo desarmamento é actualmente uma luta primordial.

Nós, comunistas de países da Europa, quando se trata de lutar pela paz e o desarmamento, estamos sempre dispostos ao diálogo, à concertação,

à acção comum. Desejamos que, para alcançar este objectivo, todas as forças pacíficas se congreguem. Quaisquer que sejam as nossas origens nacionais, as nossas convicções, o nosso modo de vida, a todos, comunistas, socialistas, sociais-democratas, cristãos e crentes de outras religiões, dizemos:

A paz é o nosso bem comum.

Deste encontro, declaramos que queremos envidar esforços para a realização de uma iniciativa aberta que permita um mais largo encontro e um mais largo diálogo.

Estamos prontos a proceder a consultas e trocas de opinião, nas formas que a cada um convenha, com todas as forças que, na Europa, estão decididas a agir no espírito de Helsínquia e na perspectiva de Madrid pelo desanuviamento e para abrir a via da redução dos armamentos no nosso continente.

Homens e mulheres de boa vontade, actuemos em comum em cada país e à escala europeia.

Em união, a causa do progresso, da felicidade e da paz triunfará.

Paris, 29 Abril 1980

Encontro da Saúde Importante reunião em Coimbra

Integrada nos trabalhos preparatórios do Encontro Nacional do PCP Sobre os Problemas da Saúde, realizou-se há dias no CT de Coimbra uma importante reunião em que estiveram presentes algumas dezenas de camaradas e amigos ligados àquele sector.

O documento-base do Encontro dinamizou um vivo debate, tendo na altura sido apresentadas 40 propostas de alteração e desenvolvimento de pontos do texto.

Participou no encontro o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Em memória de Adângio e Madeira monumento em Aljustrel

Na última segunda-feira, centenas de pessoas incorporaram-se comodamente na homenagem que Aljustrel prestou a António Adângio e Francisco Madeira, que há 18 anos, no dia 28 de Abril de 1962, ali foram assassinados. Filhos de Aljustrel, comunistas, seguiram nesse dia à frente de uma manifestação de mais de 500 pessoas, que na rua protestavam contra a prisão recente de 15 antifascistas.

As balas que os detiveram não puderam, no entanto, apagar a sua memória entre os companheiros de trabalho e de luta. Esses mesmos que agora, no decurso da homenagem da última segunda-feira, se propuseram erguer, por subscrição pública, um monumento à sua coragem.

Tal foi a proposta de Carreira Marques, deputado do PCP,

quando, junto à Moagem, onde um deles caiu, evocou o seu exemplo. E ali mesmo centenas de aljustrelenses se comprometeram a contribuir para a recolha de fundos que permita erguer, no coração da sua terra, este momento à resistência antifascista — um monumento que, com António Adângio e Francisco Madeira, recorde os grandes sacrifícios e as muitas vítimas, as grandes lutas e a sempre provada firmeza revolucionária do povo trabalhador de Aljustrel.

O cortejo de homenagem, encabeçado por mulheres que transportavam as bandeiras nacional e do nosso Partido, saiu do Sindicato Mineiro, deteve-se na Moagem e encaminhou-se depois para o cemitério, onde as campas de Adângio e Madeira ficaram cobertas de flores.

APU promove debate sobre a poluição na Costa do Sol

Promover o debate público sobre a poluição das praias da Costa do Sol, com a participação dos diversos organismos oficiais envolvidos neste problema, os órgãos autárquicos e os seus membros eleitos, as diversas organizações populares representantes das populações dos concelhos afectados, é o objectivo que preside ao Encontro marcado pela APU para o próximo domingo no Pavilhão dos Congressos do Estoril.

Segundo os promotores do Encontro (os vereadores da APU nas Câmaras de Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora e Lisboa), o Povo Unido procura com esta iniciativa alertar para a "progressiva degradação da qualidade das águas" das praias da Costa do Sol devido ao "crescente grau de poluição das águas do Estuário do Tejo e da Baía de Cascais". As causas e as soluções possíveis para a resolução deste grave problema foram abordadas em conferência de imprensa na passada segunda-feira pelos vereadores Silva Graça, da Câmara de Lisboa, Lino Paulo, da Câmara de Sintra, e Marques Pedrosa, da Câmara da Amadora; e ainda António Gonçalves, da Assembleia Municipal de Lisboa, Oliveira e Sá, da Assembleia Municipal de Cascais e Maria da Luz Paulino, da Comissão Coordenadora de Oeiras da APU.

Como então não divulgado, embora não existam estudos sistemáticos da poluição das águas da linha do Estoril, os índices das análises feitas entre 1973 e 1978 revelam um grau crescente de poluição, registando-se mesmo casos que "ultra-

passam sete vezes o índice estabelecido pela Organização Mundial de Saúde para o encerramento de uma praia".

Algumas causas

Segundo os vereadores da APU, concorrem para a actual situação das praias da Costa do Sol diversos factores. Entre estes se assinala o deficiente saneamento da cidade de Lisboa (cujos esgotos são lançados directamente no Tejo, sem tratamento), o dos concelhos de Sintra, Amadora, Oeiras e Cascais, e o dos concelhos das zonas industriais que confinam com o Estuário do Tejo; a saturação do sistema regional de saneamento de Algas a Cascais (que data de 1962) que provoca o lançamento directo de esgotos nas praias. Refere-se ainda certa negligência da Direcção Geral de Saneamento Básico na tomada de decisões sobre as iniciativas de fundo a emprender para resolver estas questões, e também as dificuldades de vária ordem dos Serviços Municipalizados na exploração

e conservação adequada do já de si precário sistema de saneamento existente.

Embora sem pretenderem ser alarmistas, os eleitos da APU consideram que "se não forem rapidamente tomadas medidas energéticas, a situação continuará a degradar-se até atingir níveis dificilmente controláveis".

Por isso consideram que "a par das medidas, de fundo, que passam pela execução das obras de saneamento básico e específico dos concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra e Amadora e das zonas industriais da bacia do Tejo, integradas nas complexas mas necessárias definições de uma política de despoluição e gestão global do Estuário do Tejo — importa também que sejam postas em prática com urgência medidas transitórias de emergência, a fim de que a actual situação pelo menos não se agrave mais".

Uma vez mais, as finanças

Para fazer face a semelhante situação impõe-se, a par das soluções técnicas adequadas, a vontade política do Governo e dos órgãos de poder local em dar seguimento às medidas que urge encontrar.

Assim se chega uma vez mais, como fizeram notar os eleitos da

Aliança Povo Unido, à importante questão da aprovação da lei sobre a delimitação dos investimentos (inexipicavelmente retida na discussão na especialidade na Assembleia da República quando já havia reunido o consenso de todas as forças políticas) e à aplicação integral da Lei das Finanças Locais.

A propósito foi recordado o roubo que o Governo se propõe fazer às autarquias e apontado, como "curiosidade", que a verba desviada do município de Lisboa (um milhão e duzentos mil contos) é justamente a necessária para a construção do grande interceptor de esgotos da capital!!!

Este aspecto do problema será certamente debatido no decorrer do Encontro para o qual, com vista a obter um amplo leque de opiniões sobre a matéria em causa, a APU convidou diversas Direcções Gerais com intervenção neste sector a nível do aparelho do Estado, as autarquias de Lisboa, Cascais, Oeiras, Sintra e Amadora, bem como organizações ligadas ao Turismo, à Hotelaria e ao Comércio da área da Costa do Sol, para além das organizações dos trabalhadores destes sectores e dos Serviços Municipalizados.

O Encontro, que terá início às 10 horas da manhã de domingo, prolonga-se durante toda a tarde e encerrará com a divulgação das conclusões dos trabalhos.

Novas eleições na Câmara da Mealhada

O vereador da APU na Câmara Municipal da Mealhada apresentou na passada segunda-feira o seu pedido de demissão, facto que provocou a queda do actual executivo e obriga a realização de eleições suplementares.

Como tem vindo a ser divulgado na imprensa, a situação da Câmara Municipal da Mealhada tornou-se extremamente delicada após a demissão dos três vereadores do PS, que deixou o único eleito pela APU a «suportar» o quorum necessário para o executivo funcionar, então reduzido a três vereadores da Aliança reacçãoária e ao vereador APU.

Não desejando de modo algum tomar uma decisão precipitada o representante da Povo Unido só depois de ouvir, em várias reuniões, a população do concelho da Mealhada, veio a apresentar a sua demissão, provocando a queda do executivo.

Assim, segundo a legislação em vigor, a Câmara da Mealhada passará a ser gerida por uma comissão administrativa a designar pela Assembleia Municipal, até à eleição do novo executivo que deverá verificar-se no próximo mês de Julho.

Em comunicado divulgado a propósito, a Comissão Concelhia da APU da Mealhada faz notar no entanto que «nunca se chegaria a esta situação se se tivessem analisado oportunamente outras soluções que obrigassem ao funcionamento democrático da Câmara e evitassem novas eleições em tão curto espaço de tempo, com os prejuízos daí

resultantes para o povo do concelho».

O documento do Povo Unido recorda ainda o procedimento antidemocrático e recheado de ilegalidades dos vereadores da Aliança reacçãoária, nomeadamente do presidente da edilidade, entre as quais se conta o uso indevido de ajudas de custo para deslocações em fins-de-semana sem ser por razões de trabalho.

Para além de tal utilização dos dinheiros públicos, há ainda a referir a admissão de técnicos sem conhecimento da vereação, com pagamento de salários a partir de Janeiro embora os contratos datem de Março!!!

Ao ex-presidente da Câmara da Mealhada são ainda atribuídas atitudes provocatórias face à Assembleia Municipal, que sempre se recusou a reconhecer como órgão com direito a fiscalizar as actividades da Câmara, para além das tentativas ilegais de suspensão de mandato de um vereador eleito pelo PS.

Perante tamanha rol de ilegalidades dos eleitos da Aliança reacçãoária na Câmara Municipal da Mealhada — a quem uma firme actuação conjunta dos vereadores PS e APU talvez pudesse ter posto cobro, se razões eleitoralistas não tivessem pesado o comportamento dos eleitos socialistas — e depois de ouvida a população, a APU considera que só com novas eleições e a escolha de um executivo formado por homens honestos e dispostos a trabalhar se defenderão as necessidades do povo da Mealhada.

«Cantar Futuro» Festival Juvenil em Almada

● Inscrições terminam dia 20

Por iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa, realiza-se em 7 de Junho, numa colectividade popular, às 21 e 30, o Festival da Canção Juvenil do Concelho de Almada, que decorrerá sob o lema «Cantar Futuro».

De acordo com Regulamento, «poderão concorrer todos os jovens com idade até aos 30 anos, que não tenham discos gravados por editoras comerciais».

O apuramento das canções para o Festival, que terão letra e música inéditas e da autoria de jovens com as condições já referidas, «será feito por um júri de selecção

composto por personalidades ligadas ao mundo da música e das letras, a convidar para o efeito pela comissão organizadora».

O júri escolherá um máximo de 15 canções. Os interessados devem contactar os Centros de Trabalho do PCP do concelho de Almada até ao próximo dia 20, onde se poderão informar em detalhe sobre o Festival com vista à sua inscrição. Para já, podemos revelar que no acto da inscrição, os concorrentes devem preencher uma ficha e entregar dez exemplares da letra (com a indicação do pseudónimo) e um

envelope fechado dirigido à comissão organizadora contendo o nome completo do concorrente ou concorrentes (em caso de grupo) com fotografia e os nomes completos dos autores da letra e da música, além de 50\$00 para despesas de organização e uma cassette gravada com a canção concorrente.

A comissão organizadora estabelecerá prémios para as canções que ficarem classificadas nos três primeiros lugares, para a melhor letra, a melhor música e prémio de presença para todos os participantes.

Transportes da DORL

O Sector de Transportes da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP realiza no próximo dia 5, no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, um importante plenário em que serão abordados assuntos diversos relacionados com a actividade do Sector.

O plenário começa às 19 horas. Não faltes!

Um novo Centro de Trabalho na Região Autónoma dos Açores!

Os comunistas da Região Autónoma dos Açores estão empenhados numa grande tarefa que, estamos certos, será atingida em breve e como mais um êxito para o seu trabalho. Trata-se da campanha de fundos para a compra do Centro de Trabalho da DORAA — Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores.

O edifício localiza-se na cidade da Horta, tem dois pisos e um sótão, 14 salas de reunião, três garagens e um quintal muito amplo, próprio para a realização de convívios populares. O seu custo é de 2500 contos.

Como nos disseram os camaradas da organização — que tem vindo a reforçar-se com firmeza, "fruto da persistência, do esforço e do empenhamento com que tem combatido o anticomunismo, com que tem lutado contra o poder regional não democrático existente, com que tem procurado dar respostas concretas aos anseios de toda uma população que se debate com inúmeros problemas e carências" — o desenvolvimento do trabalho do PCP e a unidade na acção com muitos democratas não comunistas deram os seus frutos nas eleições de Dezembro

passado e novos avanços são possíveis e imprescindíveis.

Acrescentam os camaradas dos Açores que "há condições para se avançar com determinação no recrutamento de novos militantes e reforçar a organização do nosso Partido e para isso são também necessários meios de trabalho, dos quais um novo Centro para a DORAA é talvez o mais importante".

Contribuir para o pagamento deste CT, que "servirá ainda a organização da ilha do Faial, bem como toda a organização dos Açores", é uma tarefa possível de concretizar com rapidez.

Agora há que levar por diante as iniciativas. As organizações do Partido no arquipélago já estabeleceram as suas metas! Espera-se também um apoio importante das outras organizações do PCP, dos militantes simpáticos e amigos do Partido em especial dos açorianos não residentes na Região.

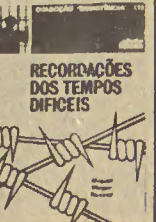
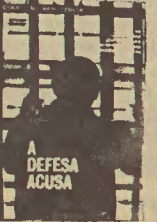
Os contributos devem ser enviados para a Redacção do "Avante!" (Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa) ou para a DORAA.

Nas páginas do "Avante!" serão divulgados regularmente os resultados obtidos na campanha.



A luta Heróica dos Povos contra a Opressão e o Fascismo

edições Avante! Distribuição CDL



LEIA ASSINE E DIVULGUE REVISTA INTERNACIONAL



«Com Abril, pela Paz» — um grande espectáculo no dia 10

O espírito do 25 de Abril, que ainda há bem poucos dias encheu as ruas do nosso País, é um espírito de apoio activo à luta pela paz, a amizade entre os povos a cooperação e o entendimento no Mundo.

Para o Povo português, o 25 de Abril é também uma vibrante afirmação contra a guerra, contra a política de instabilidade internacional, contra as manobras da guerra fria movida agora em grande escala pelo imperialismo.

O 25 de Abril quer dizer fim da guerra colonial. E o povo português não tem memória curta. Guerra colonial, sustentada pelo fascismo, servidora de interesses completamente estranhos ao povo português, que teve sempre como aliados na luta contra a opressão os povos das antigas colónias em África, essa guerra colonial significou milhares de vidas perdidas e mutiladas. E o Povo português não esquece!

Tudo isto vem a propósito de um

espectáculo, a realizar no próximo dia 10, às 21 e 30, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, sob o lema «Com Abril, pela Paz», numa iniciativa da DORL do PCP e da Juventude Comunista.

Trata-se de um grande espectáculo, que decorrerá por ocasião do 35.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo, e na qual participarão Luisa Basto, José Jorge Letria, Carlos Paulo, João Fernando, Adriano Correia de Oliveira, conjunto "UHF" e Brígida Victor Jara. Um espectáculo a não perder que, estamos certos, uma vez mais confirmará que também com a música e as palavras se defende, em unidade e com confiança no futuro, um Mundo de paz aberto à cooperação, à amizade, ao intercâmbio, à aproximação de todos os povos, num espírito de desanuviamento oposto ao belicismo do imperialismo. Um mundo de paz de que nos «fala» Abril!

O povo português comemorou como

No Parque Eduardo VII, em Lisboa Vibrante convívio popular

No belo enquadramento do Parque Eduardo VII, os seis anos de Abril foram motivo para gigantesco convívio popular. A iniciativa pertenceu à APU e de tudo houve um pouco... Festa da democracia, festa de Abril, festa da unidade, o que aconteceu no Parque foi acima de tudo uma vibrante jornada em defesa dos ideais libertadores que há seis anos rasgaram os caminhos do futuro, apontados a uma nova vida, num novo Portugal.

Manhã Infantil

E falar de futuro é falar das crianças. Logo bem pela manhã, elas estiveram em grande número no Parque Eduardo VII, antecipando-se aos adultos. À sua maneira, alegre e desinibida, a petizada também festejou Abril:

andebol, ginástica, mini-basquete e voleibol reuniram desde os mais pequenos aos mais crescidos, isto sem esquecer outras actividades, como a pintura. Cores alegres, ideias engraçadas, bonecos, casas, crianças, escolas, temas alusivos aos primeiros dias da Revolução — tudo isto estava

retratado nos muitos desenhos e no mural que pintaram.

A manhã infantil do 25 de Abril não ficou por aqui. Além de uma exposição de desenhos feitos por crianças sobre a Reforma Agrária e outra de livros infantis, houve ainda «visita guiada» a uma ambulância e a um carro dos bombeiros.

Momento particularmente seguido e aplaudido pela mudança foi o espectáculo realizado antes de almoço, que teve apresentação de Maria Eufémia e participação artística de José Barata Moura, dos Palhaços Partilha e Pantufinha e Pioneiros de S. Bernardo, sem esquecer os famosíssimos fantoches.

Pela tarde fora...

Chegou a hora do almoço e à sombra das árvores, num ambiente mais fresco, já que o sol aqueceu a festa desde a manhã até ao fim da tarde, foi ver um abrir de sacos contendo os mais variados petiscos. A reportagem do «Avante!» teve, aliás, oportunidade de confirmar, graças à gentileza de muitos amigos, a excelente qualidade de pastéis de bacalhau, frango assado, fatias de carne e outros piteus «regados» com «tinto», cerveja, sumos, etc.

Mas quem não levou fome de casa (e ele foi bem preciso para «aguentar» a tarde) também não teve problemas. Os tradicionais «comes-e-bebes» lá estavam, com

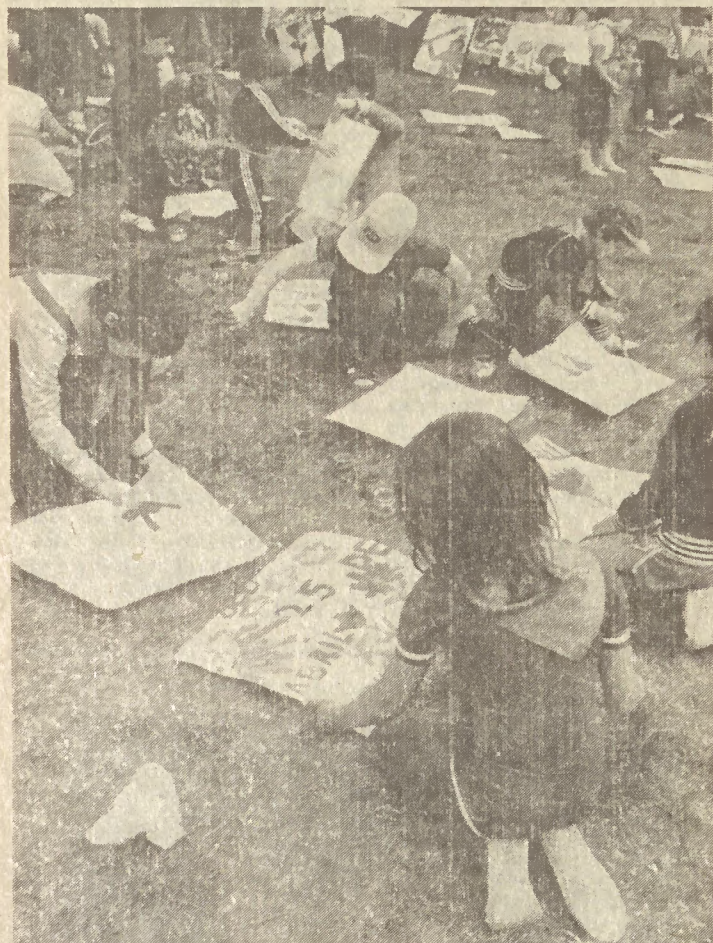
os mais diversos petiscos e bebidas. Também ali estiveram. Alguns amigos queixavam-se do problema das bichas (pré-pagamento). Mas logo havia quem animasse: «E bom sinal... somos muitos e além disso isto anda depressa».

Chouriço, couratos, febras e outros piteus na brasa, sandes e bebidas — ali estavam prontas a ser servidas. E do lado de trás dos improvisados balcões, uma azáfama constante de muitas camaradas e amigos, pertencentes a organizações do PCP e MDP/CDE, além da JCP, Pioneiros e MDM.

Passou o tempo de almoço e por volta das 15 horas iniciava-se

o espectáculo que antecederia o comício. Na mesma zona dos anos anteriores, com uma das maiores participações populares de sempre, o verde das árvores e da relva do Parque Eduardo VII, o sol luminoso, o convívio, o entusiasmo e a música voltaram «a dar as mãos» e fizeram a festa.

No palco estiveram os «Sheiks» e os «UHF», que foram muito aplaudidos, nomeadamente pela juventude que desempenhou papel destacado (faça-se justiça!) no ambiente de animação e entusiasmo que se viveu no 25 de Abril do Parque Eduardo VII, um 25 de Abril que defendemos sempre, como ficou expresso na largada de balões antes do comício.



A participação diversificada das crianças, e dos jovens, foi uma das características dominantes da jornada do dia 26, no Parque Eduardo VII



Rossio e Praça da Figueira inundados de Abril

Como descrever a apoteose e a força de multidões que avançam em vagas intermináveis, com rosto de festa e passo de luta? Esta questão levantar-se-ia a quem quer que se encontrasse na baixa lisboeta na passada noite de 24 para 25 de Abril quando ali, da Praça da Figueira ao Rossio, se erguia a festa da liberdade promovida pela APU e comemorando a data histórica do 25 de Abril.

Eram caudais de gente — e isso já se disse. Eram muitos, e de todas as idades e desaguando na festa para nela se dissolver, erguendo-a (e isso está implícito no que se disse). Mas o que não se disse — e importa sublinhar — é que a festa ali vivida num jeito de aniversário constituiu pelo número, alegria e firmeza, uma séria advertência aos inimigos de Abril e um passo mais na luta do nosso Povo contra a ofensiva reaccionária do governo Carneiro/Amaral. «Abril vencerá!» — gritaram (e muito) os manifestantes. Não há malabarismos de avestruz que o possam impedir, mesmo que recusem ouvir o clamor.

Mas o que foi a festa?

Quem ali chegasse pelas 23 horas (altura em que a alegria havia já tomado por completo a «baixa») sentiria a tentação de ousar romper velozmente e abarcar num todo a vitalidade da noite, das gentes, do que, ali, envolvia magicamente tudo e todos numa ternura irrecusável. Risos e cravos vermelhos inundando a noite. Música e cor e luz

vibrando no ar num abraço. O castelo de S. Jorge enquadramento, iluminado, a festa que também era de Lisboa, alfacinha e popular, festão erguido na colina mãe. E então seria levado ao sabor de Abril, reconhecendo-se em cada rosto sorridente e entregando-se, e entrando na festa.

Festa que tinha de tudo — música



Rossio: do fado à música rock

(para ouvir e dançar) «ao vivo», espectáculos musicais, cinema, projecções de slides, poesia, folclore e fado de Abril... bares e bancas funcionando toda a noite a dar resposta à sede e à curiosidade dos participantes, canções de braço dado irrompendo das multidões e a dizerem que a luta não festeja tréguas — manifesta-se confiante porque é justa, alegre, pois vencerá.

O meu nome é Irene Marques Aparício, sou professora, tenho 58 anos e digo: eu, com esta idade, vivi a tal «longa noite» até à exaustão, sofri o que não quero lembrar — mas convém

dizer — e estou a viver esta noite com a emoção de quem nasceu há pouco. O que não quero lembrar hoje é o fascismo, mas o que convém dizer é que ele existiu, ameaça ainda e é preciso evitá-lo de vez. Acrescento-lhe finalmente que eu, com esta idade, estou confiante e muito feliz: a confiança e a força do nosso povo — aqui bem patentes — garantem-me ambas as coisas. Estas informações foram recolhidas entre o Rossio e a Praça da Figueira, ao sabor do acaso e acompanhando o passo repositivo da inquirida. Estava ali porque era «muito de Lisboa» (os

filhos vivem na capital) embora trabalhe numa escola do concelho de Abrantes. Foi o primeiro depoimento recolhido pela nossa reportagem. Mais à frente inquirimos António Aires, desenhador técnico da CP, 46 anos bem dispostos que, entre duas afirmações espirituosas nos recordou em tom de «registro»: mas olha que esta afluência, que é de facto grandiosa, é contida fundamentalmente por gente daqui, e quando digo «daqui» refiro-me ao molo de Lisboa, pois praticamente todas as zonas mais ou menos «individualizadas» (chamemos-lhe assim) da cintura industrial têm as suas festividades próprias.

A mesma alegria seria manifestada por Ladislau Gouveia, estofador, 45 anos, o qual, após nos informar que não faltava a nenhuma revelaria entusiasmo a projecção de slides levada a cabo na Praça da Figueira, bem como o filme sobre a Reforma Agrária, realizado pelo PCP e cuja transmissão a RTP impediu pela recusa de tempo de antena. Só não chorei por vergonha, referir-nos-ia a propósito do filme, sublinhando finalmente que as projecções são muito importantes neste tipo de realizações.

É do Avante? Então não se esqueça de referir que esta festa

tem-se caracterizado fundamentalmente pela presença dos jovens! Esta foi a primeira afirmação de Aida Barata, 59 anos, professora num dos liceus da capital e que, após pormenorizar diversos aspectos juvenis da festa que a haviam impressionado, acrescenta: eles necessitam de festas como esta — a juventude é alegre e generosa, é fundamental que vivam a liberdade de Abril, que a gozem para aprenderem a amá-la e a defendê-la.

E foi a juventude que finalmente inquirimos, «interpelando» um buliçoso e numeroso grupo que se preparava para descer do Rossio à praça do Comércio «para ver o fogo» e depois voltar pois «a festa continua». Média de idades rondando os 18 anos. Alguns estudantes, o mais velho, Carlos Alberto, já professor, outros trabalhando em diversas actividades. Achavam que havia mais gente quando ano passado. Havia «malta» conhecida que, em anos anteriores, não tinha aparecido e agora ali estava «a muito bem». O 25 de Abril, de facto, tinha sido importante a vários níveis, desde a guerra colonial, que, com ele, acabou, até a este à-vontade e possibilidade de as pessoas se organizarem. Memória ainda do fascismo e recusa frontal desse tempo.

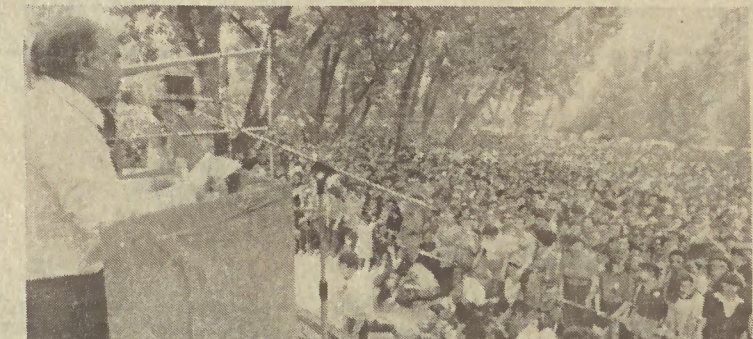
do MDP sublinhou já na parte final da sua intervenção:

«O Governo da AD é dominado, como dissemos, pelas forças mais reaccionárias do País. As que estão contra a democracia e contra o 25 de Abril; as que estão a favor dos grandes grupos económicos financeiros e exploradores, contra os quais o Povo português sempre lutou, antes e depois do 25 de Abril.

Essas forças expressam-se social e politicamente na AD e acabam de fazê-lo de forma exemplar, quando escolhem, como candidato à Presidência da República, um homem vinculado a um passado irredento de compromisso com o Estado fascista.

O Estado democrático corre perigo.

Porque perigosa é a dinâmica das forças conservadoras



Luís Catarino

e reaccionárias desencadeado e aceleradamente, no seu comemorativo. Correrá sempre a noite de regresso, para o poderismo tem expressão fascista.

O Governo Sá Carneiro assume, numa minoria apurada em 25 de Dezembro que, por aplicação da 25 de regras técnicas eleitorais, das que permitiu a sua constituição do 25 de Abril, forças democráticas obtiveram mais 300 000 votos que as forças oligárquicas na AD.

Isto exigia ao Governo e à História o respeito mínimo pelos primeiros passos democráticos.

Não as respeitou e, sempre e desabaladamente, uma contra-ortuga contra as conquistas democráticas e os interesses do Povo Português.

Por seu turno, Anselmo Aníbal sublinhou no início do seu discurso a intervenção que «é a APU» portuguesa

A ofensiva

contra a Reforma Agrária

Proseguindo, o camarada Dias Lourenço observou: «Sá Carneiro, julgando-se no terreno conquistado, procura Alentejo que doravante nenhum sector do

Dias Lourenço: «O go S

do Povo português. A ilegalidade, o arbitrio, a violência fizeram-se governo nas mãos do PPD e do CDS».

Depois de denunciar que o Governo da Aliança reaccionária actua contra a Constituição da República, o dirigente do PCP salientou:

«Governo fascizante de ruptura institucional e de golpismo — chamou o PCP à equipa governante Sá Carneiro/Freitas do Amaral logo que empunhou as rédeas da governação do País.

«Não é verdade que a prática governativa destes quatro meses comprove o inteiramento?

«A reacção quer passar a curva das eleições para fazer regressar Portugal ao 24 de Abril.

«No centro da ofensiva reaccionária está o que chamamos a revisão inconstitucional da Constituição mas que é de facto a desfiguração completa da nossa Lei fundamental.

«A Constituição actual é um escolho de monta para os projectos da reacção.»

«Rasgá-la e substituí-la por um papel sem valor que de cobertura a todas as ilegalidades e prepotências do Poder é o seu objectivo revisor número um». Mais adiante referiu ainda:

Luís Catarino: «O estado democrático corpe Anselmo Aníbal: «A “AD” chegou tarde»

Foram oradores no comício da festa do Parque Eduardo VII António Dias Lourenço (ver nesta página), membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, Luís Catarino, dirigente nacional do MDP, e Anselmo Aníbal, membro independente da APU.

Depois de se referir ao significado do 25 de Abril como jornada libertadora e início de uma nova fase da vida do Povo português, Luís Catarino denunciou os ataques movidos pela direita ao 25 de Abril e às conquistas democráticas, declarando a dado passo:

«Progressiva e organizadamente, os estratos conservadores e reaccionários da nossa sociedade foram recompondo velhas posições abaladas e deitando a mão a algumas alavancas da máquina administrativa e do aparelho político, de tal forma que, hoje, já têm um Governo por sua conta — o Governo conservador e reaccionário Sá Carneiro, o Governo conservador da «AD».

Seguidamente, destacou: «No dia 25 de Abril o dever primeiro de um democrata é denunciar o Governo Sá Carneiro, na sua corrida desvarada para o 24 de Abril. É denunciar um Governo que pode vender ao passado o futuro do nosso País.

Engendrado numa frágil coligação, que alberga, contraditoriamente, democratas

enganados e já hoje desiludidos, o Governo actual e a maioria precária que o suporta são, claramente, dominados, no plano ideológico e na prática governativa, pelas forças nacionais mais reaccionárias e pelo imperialismo estrangeiro.

Todos os actos mais significativos da sua actuação são a prova provada dessa verdade e constituem a tentativa de inverter o curso democrático da vida nacional, iniciado com o 25 de Abril.

Após uma breve mas significativa caracterização da política reaccionária do Governo Sá Carneiro ao nível das relações externas, dos justos direitos dos trabalhadores, da Reforma Agrária, da economia, da estabilidade política e do apoio social às populações, o deputado

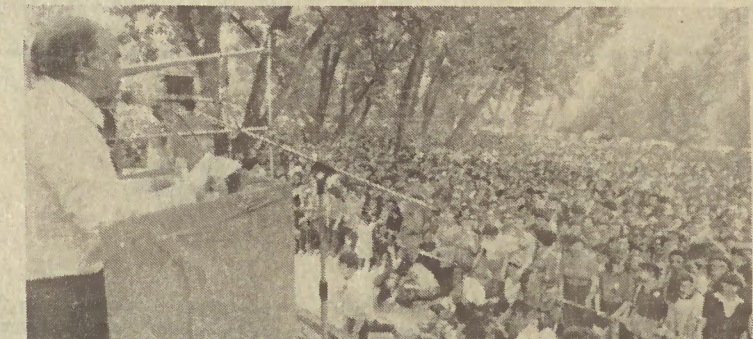
do MDP sublinhou já na parte final da sua intervenção:

«O Governo da AD é dominado, como dissemos, pelas forças mais reaccionárias do País. As que estão contra a democracia e contra o 25 de Abril; as que estão a favor dos grandes grupos económicos financeiros e exploradores, contra os quais o Povo português sempre lutou, antes e depois do 25 de Abril.

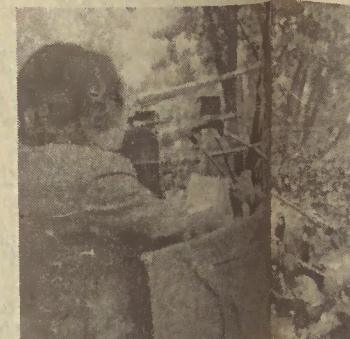
Essas forças expressam-se social e politicamente na AD e acabam de fazê-lo de forma exemplar, quando escolhem, como candidato à Presidência da República, um homem vinculado a um passado irredento de compromisso com o Estado fascista.

O Estado democrático corre perigo.

Porque perigosa é a dinâmica das forças conservadoras



Luís Catarino



Anselmo Aníbal



Praça da Figueira: canções, filmes, slides, poesia

entusiasmo e alegria o 25 de Abril



go Sá Carneiro para a rua exprime a vontade de milhões de portugueses»

ia vedado à iniciativa privada. Não model A Constituição proíbe-o, a lei nconstitucional dos limites das ormações económicas que a "AD" ez passar na Assembleia da República não passou na Comissão Constitucional nem no Conselho da Revolução.

"A nova tentativa de repor essa celerada lei foi mais uma vez chumbada na Comissão Constitucional.

"A reacção não tem o caminho aberto para a destruição do 25 de Abril."

Mais adiante salientou: "Outra grande ofensiva, na operação subversiva das forças reaccionárias, está em curso contra a conquista mais significativa da Revolução — a Reforma Agrária.

"Reconstituir o latifúndio é o objectivo fundamental imediato do Governo actual. (...)

"Até agora 56 UCPs/Cooperativas foram destruídas para dar a um punhado de latifundiários mais de 300 mil hectares de terra.

"O saque das terras, dos gados, das máquinas, das alfaias agrícolas, dos bens acumulados dos trabalhadores à custa de muito trabalho e sacrifício é hoje a prática corrente do MAP/CAP nas terras do Alentejo e do Ribatejo.

O assalto banditesco às UCPs está

a ser feito pelas equipas do MAP, por bandos armados de agrários sob a cobertura de elementos desclassificados da GNR que têm cometido na zona da Reforma Agrária as maiores brutalidades e violências contra os trabalhadores, mesmo velhos, mulheres e crianças vítimas das operações punitivas e brutais espancamentos.

"O MAP diz defender a lei e a moralidade mas tresanda a corrupção e escandaleira por todos os poros."

Disse também Dias Lourenço: "Daqui estendemos aos heróicos obreiros da Reforma Agrária a nossa total solidariedade com a sua luta e o seu heróico e patriótico esforço para fazer produzir as antigas terras do latifúndio. As terras ilegalmente roubadas serão recuperadas e restituídas à posse útil dos trabalhadores e das UCPs.

"Como dizia um valente trabalhador na tribuna da IV Conferência da Reforma Agrária os latifundiários não merecem o pé de uma ovelha quanto mais de uma ovelha inteira."

Detendo-se em seguida na esfera dos assuntos económicos e financeiros, afirmou:

"No plano económico a operação política eleitoralista da

reacção desenvolve-se em todas as iniciativas económicas e financeiras do Governo Sá Carneiro.

"O OGE é um modelo de desvio eleitoralista dos dinheiros do povo.

"Os portugueses devem estar vigilantes à forma como o Governo da Aliança reaccionária se propõe consumir o Orçamento. Cerca de 25 milhões de contos quer o Governo tirar as autarquias fugindo ao cumprimento da Lei das Finanças Locais já aprovada e promulgada. (...)

"Para onde quer levar o Governo os 25 000 000 contos que se propõe desviar das autarquias locais?

"Será que vai esbanjá-los até às eleições de Outubro em perdulárias operações eleitoralistas de "corra-a-lita", de inaugurações já inauguradas, de concessões de melhoramentos já concedidos, como fez agora para assinalar o 25 de Abril no velho estilo do regime fascista?"

Depois de concluir que "a mistificação não pode ocultar a verdadeira política económica e financeira do Governo reaccionário", Dias Lourenço sublinhou que tal política "atenta contra o nível de vida da população trabalhadora e da situação dos camadas pobres e médias do Povo português".

E acrescentou:

"Os pequenos e médios agricultores comerciais e industriais nada têm a esperar dos actuais governantes da "AD" a não ser demagogia e ruína.

"O escândalo da importação de 20 mil toneladas de batata quando o tubérculo apodrece nos pequenos e médios produtores do Norte do País, em seguida à operação dos 600 000 hectolitros de vinho decidida pelo presidente da CAP, Tomás Correia, agora à frente da JNV, é uma suja operação que só aproveita aos grandes intermediários.

"Contudo o grande golpe contra a economia portuguesa consiste nos planos da Aliança reaccionária para a integração de Portugal na CEE.

"O Governo Sá Carneiro sabe que na CEE não entrará o Portugal da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário. O que se trata é duma sórdida operação política contra a Revolução portuguesa. (...)

"Aliás, a integração económica de Portugal na CEE não é senão uma parte da perigosa integração de Portugal nos planos belicistas da NATO e do Pentágono.

"O servilismo rasteiro perante o imperialismo domina a política externa do Governo Sá Carneiro.

ro/Freitas do Amaral, de consequências nefastas para os interesses do País.

"O Governo da Aliança reaccionária mostra-se ainda mais papista do que o papa no anti-sovietismo de Carter e dos generais do Pentágono.

"As palavras de Sá Carneiro do Conselho da Europa são um insulto à Constituição Portuguesa e aos sentimentos pacíficos do nosso povo.

"Sá Carneiro preconizou em Estrasburgo uma política agressiva contra a União Soviética, atacou ferozmente o desanuviamento e a cooperação entre os povos e fé-lo de maneira que causou o espanto dos próprios parceiros ocidentais da NATO."

O movimento de massas

Já na parte final da sua intervenção, frequentemente interrompida por fortes aplausos, o camarada Dias Lourenço referiu-se à importância destacada do movimento de massas no quadro da actual situação política, declarando numa passagem:

"A unidade de todos os democratas e patriotas é uma exigência absoluta na hora actual.

"O movimento de massas toma-

-se cada vez mais um factor determinante de defesa da democracia.

Os dias que acabámos de viver revelaram a indomável vontade do Povo português de erguer uma barreira à política fascizante do Governo Sá Carneiro e Freitas do Amaral.

"Daqui saudamos todos os trabalhadores que corajosamente, valentemente, fizeram a greve ou se manifestaram nas formas mais diversas contra a política reaccionária do Governo", um Governo que, como diria ainda, "já está demitido pelo povo", um governo do PPD e CDS que "perdeu toda a legitimidade e autoridade com a sua política antidemocrática, antipopular e antinacional".

Sublinhou que o grito "Sá Carneiro para a rua!" exprime a vontade de milhões de portugueses.

Antes de terminar a sua intervenção, Dias Lourenço realçou o papel da unidade e da cooperação entre as verdadeiras forças democráticas:

"A base precária e instável da maioria da "AD" na Assembleia da República revelou a sua fragilidade nestes últimos dias em duas derrotas sucessivas.

"Contra os actuais detentores do Governo a unidade de todos os

democratas e patriotas é não só necessária como possível.

"Mas a necessária unidade exige vigilância, determinação e uma grande abertura de todos os que estão interessados em defender Abril.

"Há dirigentes democratas que falam em unidade mas não actuam de maneira correspondente.

"Sim, é útil e necessário definir o inimigo principal; sim, é útil e necessário valorizar o que nos une e desprezar o que nos divide.

"Mas é imperioso também definirmos quem são os amigos principais, fazê-lo na prática e na luta de todos os dias no amplo entendimento para enfrentarmos o inimigo comum.

"O inimigo comum e irredutível da democracia portuguesa na hora actual é a Aliança reaccionária cabeça de toda a reacção em Portugal, fiel servidora do Imperialismo.

"Este inimigo não pode ser vencido pelo caminho da aventura pseudo-revolucionária que falsos profetas da revolução apontam aos trabalhadores e ao Povo português.

"A poderosa mensagem do 25 de Abril que hoje comemoramos é a unidade de todos os patriotas civis e militares para a defesa da grande causa da democracia, do

progresso, da liberdade do Povo português.

"Essa unidade deve expressar-se numa forma particular nas importantes jornadas eleitorais que nos esperam neste ano de 1980.

"O PCP, o MDP/CDE e outros democratas independentes, que receberam nas eleições, do ano passado o largo apoio do Povo português, fizeram um novo acordo para a disputa das eleições deste ano. Nós estamos certos que a dinâmica unitária da APU vai arrancar novos e importantes êxitos nas eleições de 1980.

"Não é possível enfrentar e vencer a reacção coligada com as forças democráticas divididas. A unidade acabará por triunfar!" (...).

Na próxima quinta-feira vamos mais uma vez festejar o Dia Internacional dos trabalhadores, o glorioso 1.º de Maio de tantas tradições na luta da classe operária portuguesa. As comemorações do 1.º de Maio são inseparáveis das comemorações do 25 de Abril — são a expressão mais vigorosa da outra componente da Revolução portuguesa — o movimento popular e democrático.

Façamos do 1.º de Maio de 1980 uma poderosa afirmação de unidade e de vontade para defender Abril.

perigo»

estado na linha da frente das comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa e em todo o país, isso tem significado. A Aliança Povo Unido é uma crescente

importante expressão política das forças que mais lutaram para que o 25 de Abril acontecesse e das que mais têm lutado para que o 25 de Abril permaneça sempre.

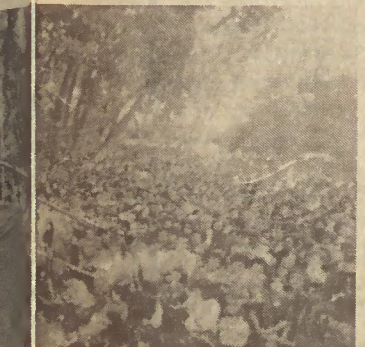
Acrescentou: «E não podemos deixar de indicar — ninguém o pode fazer sem atentar contra a História — que o primeiro entre os primeiros nessa resistência é neste projecto do 25 de Abril

sempre é o Partido Comunista Português, grande colectivo organizado, força primeira da Aliança Povo Unido a quem se associam, do mesmo lado da legalidade democrática, o Movimento Democrático Português-CDE e muitos e muitos

outros portugueses sem filiação partidária, mas que entendem que o seu voto e o seu trabalho estão com a APU».

Noutro passo da sua intervenção, Anselmo Anibal sublinhou os desejos da direita e das forças conservadoras no sentido de restabelecer no país de Abril a «ordem» do passado, grande aspiração da «Aliança Reaccionária». No entanto, observou o dirigente da APU, a «AD chega tarde» e «por várias razões». Com efeito, hoje, volvidos seis anos após a jornada libertadora de 74, são realidades impostas aos olhos de todos: os novos países africanos de expressão portuguesa; a profunda e crescente consciencialização política e social de milhares de portugueses e o grande prestígio, dinamismo e capacidade de mobilização das organizações sindicais na base da CGTP-IN; a presença dos democratas nos órgãos do Poder Local de Norte a Sul do país, passando pelas Regiões Autónomas; o reforço da defesa por parte dos trabalhadores das grandes conquistas e transformações democráticas operadas na sequência do 25 de Abril, em particular a Reforma Agrária e as nacionalizações.

Por tudo isto, como apontou Anselmo Anibal, «chegou tarde a AD — não travou nem conseguirá travar as grandes alterações que mudaram o país. Mas chegando tarde, tem também que sair cedo».



Porto: durante o dia tal como durante a noite, a mesma alegria, o mesmo entusiasmo, a mesma confiança nascida de Abril e apontada ao futuro

Do Porto a Faro, dos Açores à Madeira

De Norte a Sul, dos Açores à Madeira, em cidades, vilas e aldeias, o Povo português saiu uma vez mais à rua para comemorar o aniversário do 25 de Abril.

Embora aqui seja impossível dar uma panorâmica, mesmo incompleta, das numerosas iniciativas realizadas em todo o País, algumas ideias fundamentais podem, contudo, ser retiradas da forma como decorreu a passagem do sexto aniversário da alvorada libertadora.

Foram acima de tudo jornadas de unidade, promovidas por forças democráticas, sindicatos, colectividades e movimento popular, em que democratas das mais variadas correntes, homens, mulheres e jovens que estão com Abril, reafirmaram a sua presença na defesa dos ideais democráticos. Foram jornadas marcadas por um entusiasmo combativo, próprio de um povo que não verga perante

as dificuldades e obstáculos postos no caminho iniciado em Abril de 1974. Foram jornadas que evidenciaram a comemoração a nível nacional da gloriosa data, já que uma vez mais o povo trabalhador saiu à rua de Norte a Sul, de Bragança a Faro, do Funchal à Horta. Foram também jornadas de luta contra as investidas e as manobras da reacção e do seu Governo, que nada tem a ver com o 25 de Abril, mas sim com o passado que o povo firmemente rejeita, tal como se gritou em todo o País: «Fascismo Nunca Mais!», «25 de Abril Sempre!».

No Porto

Nesta cidade, o aniversário da data libertadora foi motivo para uma das mais participadas e combativas acções populares realizadas no Porto. As comemorações iniciaram-se na noite de 24 e prolongaram-se

durante todo o dia de 25, mobilizando largos milhares de pessoas na zona da «baixa».

Cancões populares, a entoação da «Grândola Vila Morena», diapositivos e documentos sonoros relativos aos principais momentos do 25 de Abril e uma bela sessão de fogo de artifício foram nota saliente no muito participado e vibrante convívio popular que decorreu na noite de 24 para 25 de Abril.

Na manhã seguinte foi o desporto que mobilizou as atenções na jornada comemorativa. Presença inédita e muito saudada foi a do boxe, de que muitos portuenses tiveram a oportunidade de ver sete combates, disputados num ringue instalado na Avenida dos Aliados, numa iniciativa da Associação de Boxe do Porto.

Entretanto, na «Corrida da Liberdade», realizada entre a zona do edifício que servia de sede

à polícia política do fascismo e a Praça General Humberto Delgado, numa distância de 4 mil metros, participaram cerca de 450 atletas.

Cancões, actividades diversas e jogos preencheram o programa destinado aos mais pequenos.

A tarde houve entusiástico desfile de cerca de meia centena de carros alegóricos, que convergiram para a Praça da Liberdade. A vida nova que veio com Abril, as conquistas democráticas, as grandes transformações revolucionárias, a luta em defesa da Reforma Agrária e do regime democrático, contra a ofensiva da direita e do seu (des)Governo foram alguns dos temas em que se inspirou a decoração viva e bem humorada dos carros que desfilaram, perante os aplausos de muitos milhares de democratas da cidade do Porto.

De salientar que durante os festejos funcionaram em

simultâneo na zona da «baixa» três palcos em que passaram conhecidos artistas, conjuntos, ranchos e grupos culturais, nomeadamente Paco Bandeira, «Resistência», «Objectivo», «Grupo X», «Aga-pé», ranchos folclóricos de Custóias e Zebreira, Banda de Paços de Ferreira e o Coral da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Nos Açores

e na Madeira

Na Região Autónoma dos Açores as comemorações do 25 de Abril constituíram também uma das mais intensas e participadas jornadas organizadas pelos democratas para assinalar o aniversário de Abril.

As comemorações foram promovidas por comissões unitárias onde participaram socialistas, comunistas e outros democratas e atingiram especial destaque, por exemplo, na Achada do Nordeste, Vila do Nordeste,

Maia, Povoação, Pico da Pedra e Fajã de Baixo (S. Miguel), em vários pontos da Terceira, na Candelária, Lages do pico, S. Amaro e Prainha do Norte (Pico) e em diversos locais do Faial e Flores.

O deputado comunista na Assembleia da República, J. António Veríssimo, que participou num colóquio, e a fadista Natércia Aguiar, acompanhada por Avevino do Carmo e Carlos Silva, estiveram na ilha de S. Miguel.

Entretanto, na Região Autónoma da Madeira o sexto aniversário do 25 de Abril foi assinalado através de iniciativas promovidas por uma comissão unitária constituída pelas forças democráticas do arquipléago, designadamente a APU. Cerca de mil pessoas assistiram no Funchal a um comício-festa em que usaram da palavra vários oradores e em que participou o cantor Bartolomeu Dutra.



Porto: milhares de pessoas, carros alegóricos, palavras de ordem reflectindo sentimentos profundos de um povo para quem Abril é mais do que uma simples efeméride

O 25 de Abril no mundo

O VI aniversário da Revolução de Abril foi comemorado um pouco por todo o mundo, com iniciativas diversas, sempre pontuadas pelo entusiasmo e assinalando naturalmente a presença de portugueses os quais, recebendo muitas vezes a solidariedade dos países anfitriões, não esqueceram deixar de estar presentes na grande Festa do Portugal de Abril.

Entre as múltiplas realizações há a referir as que se efectuaram em Angola onde as comemorações se iniciaram logo na manhã do dia 25, em Luanda, com uma homenagem ao primeiro presidente da RPA, camarada Agostinho Neto, prolongando-se à noite num programa político-cultural com sessões simultâneas na capital angolana, Lobito, Huambo e Lubango e organizado pela comissão promotora da Associação 25 de Abril e pela Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos, contando com o apoio da Associação de Amizade Portugal/RPA e do MPLA-Partido do Trabalho. Também em Moçambique, mais de mil pessoas, na sua grande maioria de nacionalidade portuguesa, comemoraram a data na sexta-feira, dia 26 de Abril, numa sala de espectáculos da capital

moçambicana. Foram três horas de confraternização popular, onde não faltaram os cravos vermelhos.

Igualmente no Brasil o Centro de Emigrantes Portugueses organizou um amplo programa subordinado à ideia-chave «25 de Abril — Dia da Liberdade», que decorreu, em três partes, um jantar-convívio no próprio dia 25 de Abril num restaurante do Rio de Janeiro, a que se seguiu uma festa numa das salas de espectáculos desta cidade com a participação de vários artistas brasileiros, nomeadamente Mário Lago, Simone, MPB-4, Joana, Ivan Lins e Dominguiños e ainda Carlos do Carmo e António Vitorino de Almeida, idos expressa e respectivamente de Portugal e da Áustria. Finalmente houve ainda uma amostragem do cinema português, que encerrou as comemorações.

Na Europa foram múltiplas e variadas as realizações levadas a cabo. Na República Federal da Alemanha várias cidades assistiram à alegria de Abril: sessões em Hamburgo (uma diaporama), Osnabrück (uma realização de associações locais de portugueses que, no dia 25, organizaram um jantar de 60 pessoas e provas desportivas no

dia 26, com a participação de cerca de 300 crianças, tendo ainda uma comissão de trabalhadores portugueses distribuído um comunicado alusivo à data), Frankfurt (onde houve uma sessão de teatro e folclore), Ludwigsburg (um jantar com cerca de 300 pessoas e várias iniciativas culturais), Nusselt, Stuttgart, Pforzheim e Isenloren.

Ainda na Europa, são de assinalar sessões em França realizadas em Colmar (no leste do país, com espectáculo a que assistiram 300 pessoas) e na região parisiense (Renault-Billancourt, com 1200 pessoas, Renault-Films, com 200, Montreuil, 500 e Saint Ouen, onde estiveram 200 pessoas). Também na Holanda (Amesterdão), Bélgica (Antuérpia) e Luxemburgo muitas centenas de emigrantes festejaram a efeméride. De referir também uma sessão comemorativa realizada em Londres, na Grã-Bretanha, por 900 portugueses, e em Zurique, na Suíça, com a presença de 1 200 pessoas.

Finalmente no Canadá, realizaram-se sessões em Toronto e Monreal.

A Reforma Agrária é sinónimo de criação de riqueza nacional!

Eis um facto que se repete, de tal modo exaustivamente, que parece transformar-se em lei: da direita, das forças da reacção só há a esperar destruição, crise, desprezo pelos interesses da economia nacional, das massas trabalhadoras, atropelos às liberdades e aos mais elementares direitos humanos.

Em contraste gritante, os trabalhadores, sempre que, com maiores ou menores dificuldades, chegam a deter as alavancas deste ou daquele sector produtivo, mesmo com o mínimo apoio — ou sem apoio algum como é agora o caso com o Governo Sá Carneiro — contribuem para o aumento da riqueza nacional, aumentam a produção, criam novos

postos de trabalho; enriquecem o equipamento.

Os números que hoje aqui publicamos — e que continuaremos publicando — são a imagem da realidade que subsiste, e subsistirá, apesar da tremenda ofensiva de Sá Carneiro, do boicote à melhoria de vida de todos os trabalhadores e das camadas médias da população. São imagem da vida nova que nasceu nos campos por via da Reforma Agrária, por via de Abril. Da vida nova que não pode sofrer ruptura, que tem de concluir-se, de avançar, concretizando a democracia e consolidando-a. Por força de Abril, por força da Reforma Agrária neste 1.º de Maio de 1980.

Nunca se cultivou tanto!

A batalha de produção é para os trabalhadores uma das frentes da batalha pela Reforma Agrária, pela democracia. Tem-se dito e repetido: com a Reforma Agrária o total de área sementeada subiu extraordinariamente. É certo que grande parte dessa área voltou criminosamente às mãos dos sabotadores da economia nacional, às mãos de agrários que, no tempo em que detinham a posse da terra, a deixavam ao abandono ou subaproveitamento. É assim que desde o início da ofensiva foram roubados às UCPs/Cooperativas.

— 40 000 ha de terras às UCPs que ficaram destruídas

— 205 000 ha às UCPs existentes.

Destes 205 000 hectares:

- 10 000 são de regadio
 - 65 000 de sequeiro fértil
 - 115 000 de montado
 - 15 000 outras terras.
- Mas apesar deste boicote à economia nacional — e não apenas ao trabalho e à subsistência dos trabalhadores alentejanos

e ribatejanos — «a relação entre a área cultivada e a área na posse útil dos trabalhadores (taxa de ocupação) tem vindo a crescer, demonstrando a capacidade criadora e a justeza da forma de organização e gestão que são as novas empresas agrícolas

da Reforma Agrária — as UCPs/Cooperativas Agrícolas — e o patriótico esforço dos trabalhadores e técnicos da Reforma Agrária na defesa da produção e dos interesses económicos do país».

A prova está no quadro que publicamos:

ÁREAS TOTAIS SEMEADAS (regadio, sequeiro e forragens)			
Anos	Áreas semeadas (ha)	Taxa de ocupação cultural	Variação em relação ao tempo dos agrários (ha)
Antes da ocupação	94 500	8%	—
1975/76	271 000	23%	+ 176 500
1976/77	265 000	23%	+ 170 500
1977/78	312 000	28%	+ 217 500
1978/79	279 000	30%	+ 184 500

Parque de máquinas das UCPs/Coop. muito superior ao do tempo dos agrários

Em 1978 e 1979, a ofensiva contra a Reforma Agrária, relativamente ao parque de máquinas das UCPs/Cooperativas, saldou-se nos seguintes roubos:

Tractores	610
Ceifeiras	120
Outras máquinas de colheita	500
Motores	300
Reboques	380
Camiões	40
Alfaias	2100
Total	4050

No entanto, o parque de máquinas das UCPs/Cooperativas, apesar da desenfreada onda de roubos continuada pelo Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, é muito superior ao do tempo dos agrários. Pela variação do

número de máquinas relativamente ao tempo dos latifúndios, poderão os leitores aperceber-se claramente no

quadro seguinte da enorme riqueza nacional criada pelos trabalhadores das UCPs/Cooperativas quanto

à existência de máquinas na agricultura da zona de intervenção da Reforma Agrária.

EVOLUÇÃO DA EXISTÊNCIA DE MÁQUINAS					
Máquinas	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	Variação em relação ao tempo dos agrários
Tractores	4150	4 560	4 370	3 760	+ 1070
Máq. colheita	1720	2 060	2 900	2 280	+ 1320
Reboques	1930	2 540	2 600	2 200	+ 970
Camiões	140	270	470	430	+ 360
Motores	1150	2 400	2 890	2 590	+ 2010
Alfaias e Máq. diversas	9360	13 550	15 620	13 500	+ 8150



Na “Unidade dos Trabalhadores” a certeza da vitória da Reforma Agrária

Foram já vinte as reservas que atingiram a UCP «Unidade dos Trabalhadores» de Campo Maior, distrito de Portalegre. Vinte reservas, ou seja, vinte roubos das melhores terras, dos mais belos regadios, das mais fartas searas (no valor de cerca de 40 000 contos incluindo as palhas; só em 1978 foram roubados 18 728 fardos de palha), as mais seleccionadas cabeças de gado, as máquinas e alfaias mais novas. Vinte reservas, todas elas contestadas pelos trabalhadores, vinte reservas que se traduzem na diminuição da área da cooperativa para cerca de metade (de mais de 7 000 hectares para 3 500) e na diminuição do número de trabalhadores de 600 para 240 a 250.

Mas apesar de todo este quadro negro, que faria quebrar o ânimo aos menos avisados, a verdade é que os trabalhadores da UCP «Unidade dos Trabalhadores» mantêm-se encorajados e prontos ao trabalho e à luta. Move-os a filosofia agreste e experiente de quem sabe que nunca, em nenhuma parte do mundo, as classes exploradoras largaram mãos dos seus privilégios sem grandes batalhas. Move-os a certeza de que nestas batalhas só a classe trabalhadora poderá ser vencedora. E estão preparados para conquistar esta vitória. Daí a calma, a serenidade com que falam das dificuldades que sabem transitórias, mas que lhes amargam os dias não só por si próprios o pelas famílias, muitas das quais, de novo, sujeitas ao desemprego e às faltas, mas também por toda a população — a população que conheceu melhores dias com a cooperativa e com as suas obras sociais — por todo o povo do nosso país, afectado pela quebra de produção provocada pela ofensiva contra a Reforma Agrária.

«Três famílias tinham o concelho todo tomado antes da Reforma Agrária — dizem-nos dirigentes da Cooperativa — Eram os Gamas, os Pinheiros e os Minas, todos grandes agrários. Exploravam os operários agrícolas e os pequenos e médios agricultores até à medula. Os que cultivavam a terra — e poucos eram — só a mandavam semear de 4 em 4 anos e às vezes, somente de 7 em 7 anos. Conosco tudo mudou. A terra apta para searas foi aproveitada a 100 por cento. Não podemos semear mais por causa dos gados que aumentámos para o dobro; por isso ampliamos muito as pastagens e as

forragens. Na grande zona de olival procedemos a muitas limpezas e enxertias — mesmo os olivais que nos roubaram já foram enxertados por nós —, o que é importante porque a produção de conservas nesta zona é boa e tem vindo a melhorar. Aumentámos muito o nosso parque de máquinas, apesar de já nos terem roubado vinte tractores e três ceifeiras-debulhadoras e diversas alfaias. Construímos um Supermercado aberto a toda a população, que nos custou um investimento de 450 contos e gastámos mais de 520 contos nas instalações para a creche e casa de repouso para os idosos. E muito mais, muito mais mesmo, poderíamos fazer se não fosse esta medonha ofensiva que se tem abetido sobre nós, estas tremendas dificuldades com que os governos de direita nos atropelam a vida. Mas a gente não desfalece. A nossa razão é partilhada cada vez por mais pessoas. Os



O parque de máquinas da UCP «Unidade dos Trabalhadores», ainda que muito atingido pelos roubos feitos a favor dos agrários, contém sete ceifeiras debulhadoras, 25 tractores, um camião de 16 000 quilos, três carinhas para transportes, 1 jipe e diversas alfaias



Contra a ofensiva pelo direito ao trabalho!

A ofensiva contra a Reforma Agrária já destruiu 28 000 postos de trabalho, dos quais 10 100 eram permanentes. Mesmo assim, continua visível a enorme evolução dos postos de trabalhos nos campos do Alentejo e Ribatejo, graças à Reforma Agrária. Com a Reforma Agrária, o direito ao

trabalho concretizou-se para os operários agrícolas. Com a ofensiva, este direito tem vindo a ser sistematicamente violado. Até o MAP de Sá Carneiro já admitiu que a sua acção é geradora de desemprego...

Olhemos o aumento de pos-

tos de trabalho de que o quadro nos dá a dimensão. Esta é uma das razões fundamentais por que a Reforma Agrária é uma conquista tão cara aos trabalhadores. Esta é uma razão fundamental por que os trabalhadores não hesitarão jamais na defesa da Reforma Agrária.

E porque mais braços trabalhando significam maior área cultivada, maior produção, esta é uma razão fundamental pela qual a luta pela Reforma Agrária é a luta de todos os trabalhadores e democratas. E a luta continua!

EVOLUÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS UCP's/COOPERATIVAS							
Anos	Total geral	Permanentes			Eventuais		
		H	M	Total	H	M	Total
Antes da ocupação	21 700	9 200	1 900	11 100	5 700	4 900	10 600
1975/76	71 900	30 500	13 600	44 100	15 800	12 000	27 800
1976/77	64 200	31 600	13 600	45 200	7 000	12 000	19 000
1977/78	59 000	29 900	13 100	43 000	5 000	11 000	16 000
1978/79	43 900	24 000	10 000	34 000	1 700	8 200	9 900

85 % mais gados do que com os agrários — mas poderiam ser mais 135 % ...

Entre 1978 e 1979, os gados roubados às UCPs/Cooperativas somaram 79 500 cabeças, das quais

- 20 000 cabeças de bovinos
- 56 000 cabeças de ovinos/caprinhos
- 3 500 cabeças de suínos.

Por outro lado, na medida em que as melhores terras estão a ser retiradas às UCPs/Cooperativas, os trabalhadores enfrentam sérias dificuldades para continuarem a manter os efectivos pecuários que, sob o impulso da

Reforma Agrária, aumentaram extraordinariamente.

Na Conferência da Reforma Agrária, a propósito da produção pecuária, levantaram-se diversas e interessantes questões:

- Que efectivos teriam hoje as UCPs/Coop., se a brutal ofensiva a que têm sido sujeitas (roubos das melhores terras e gados) não se tivessem processado?
- Teria o esforço dos trabalhadores da Reforma Agrária ao nível da pecuária abrandado? Teria o número de

cabeças de gado por hectare (encabeçamento) diminuído? Ou, pelo contrário, os trabalhadores têm ou não continuado na sua correcta linha (discutida e traçada em dezenas de plenários e encontros distritais e regionais) de aumentar o efectivo?

- Que diferenças existem hoje entre o efectivo pecuário das Cooperativas da Reforma Agrária e o efectivo na posse dos agrários antes da Reforma Agrária?

O quadro que publicamos abaixo, responde a estas questões. Sem a ofensiva destruidora dos governos de direita, as UCPs/Coop., teriam hoje 190 000 cabeças normais (CN): mais 135 por cento das cabeças de gado que existiam no tempo dos agrários e o efectivo teria aumentado em 10 por cento em relação a 1978.

Mas mesmo com a ofensiva — apesar dela — o número de animais por hectare é de mais 85 por cento em relação ao tempo dos agrários.

Anos	No caso de não ter havido ofensiva		Situação real (com ofensiva)		
	CN	Variação em rel. ao tempo agrários	CN	Variação em rel. ao tempo agrários	Encabeçamento (CN/ha)
Antes da ocup.	81 000	—	81 000	—	0,07
1975/76	130 000	+ 60%	130 000	+ 60%	0,12
1976/77	162 000	+ 100%	162 000	+ 100%	0,14
1977/78	172 000	+ 112%	167 000	+ 106%	0,15
1978/79	190 000	+ 135%	150 000	+ 85%	0,17

Na CEE não há UCPs... mas também quase não há empresas familiares!

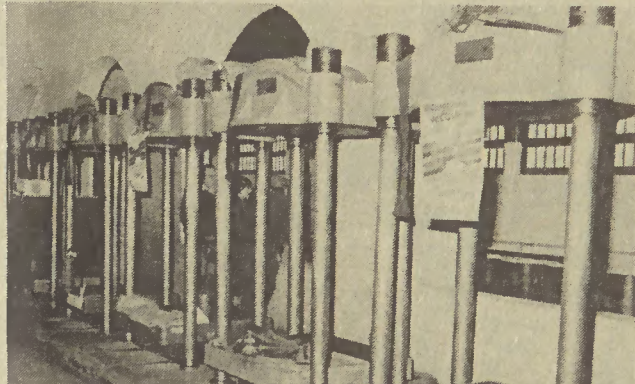
Com o discurso de “comemoração” do 25 de Abril, o chefe Sá Carneiro disse o que a gente já sabia: do seu programa faz parte o projecto de liquidação completa da Reforma Agrária. Para tal tenta provocar a ruptura entre pequenos e médios agricultores e os trabalhadores das UCPs/Coop., lançando aos primeiros como isca algumas centenas de hectares.

Mas esta tentativa tem a marca do fracasso a médio prazo. Isto por duas razões fundamentais: a primeira, a das próprias contradições da AD, dividida entre a necessidade de segurar a sua genuína clientela eleitoral e natural base de apoio — os capitalistas e grandes agrários — e a urgência de obter igualmente apoio entre camadas médias — normalmente hesitantes e vacilantes — de modo a tomar mais substancial a sua escassa maioria, que aliás em termos de votação é uma minoria...

Tentando demagogicamente aliciar camadas da pequena e da média burguesia — vindo-se em sérias dificuldades para tomar medidas que, de facto, conduzem a uma melhoria das suas condições de vida — o Governo Sá Carneiro aposta na falta de esclarecimento de pequenos e médios agricultores, na sua profunda ânsia de ultrapassarem as dificuldades, para os enganar, utilizando-os como melo que será destruído assim que não for necessário. Mas neste momento ganhar os pequenos e médios agricultores é para o Governo Sá Carneiro e para o imperialismo — que ele serve e o serve — uma questão vital para deter o processo democrático no nosso país. Não foi por acaso que se deslocou até Portugal — concretamente até um encontro da CAP em Visau — o Secretário-Geral da CEA, Confederação Europeia dos Agricultores, Maurice Colland, também ele para afirmar claramente: “No Mercado Comum não há UCPs”, também ele lançando p’bodo aos pobres” ou seja falando aos pequenos e médios agricultores ainda susceptíveis de embarcarem na propaganda da reacção.

“Esqueceu-se” de dizer que na CEE, no Mercado Comum, também quase não há empresas familiares e as que ainda existem, estão em vias de extinção porque esta é a política deliberada e característica da CEE, é a política do imperialismo, é a política da “AD”.

E esta é a segunda razão que levará a tentativa de Cameiro ao fracasso. E às forças democráticas cabe, em unidade patriótica, fazerem gorar os projectos das forças de direita, esclarecendo e mobilizando a pequena e média lavoura.



Este é o magnífico lagar da UCP «Unidade dos Trabalhadores», no qual é trabalhada não somente a produção da Cooperativa que detém ainda um belo olival — mas a melhor parte já se foi em reservas — mas também a produção dos pequenos e médios agricultores da Cooperativa Agro Campo Maior



Sábado e Domingo, ao trabalho!

No passado domingo foi a primeira jornada de trabalho no Alto da Ajuda e as opiniões são unânimes: excedeu as perspectivas. Apesar da «ponte» dos feriados, apesar de ainda estarmos no princípio, apesar disto e daquilo, muitos e muitos camaradas deitaram mãos à obra lá no terreno para começarem a pôr de pé a nossa Festa e darem o indispensável apoio aos que em permanência já se encontram na Ajuda.

Abriram-se valas para as canalizações, ergueram-se estruturas de tubo dos pavilhões dos serviços centrais, começaram-se paredes — em suma, deu-se um bom avanço.

A questão é que foi um bom avanço... em relação ao que estava antes! Mas em relação ao que há para fazer... aí a coisa complica-se... A verdade, porém, é que foi a primeira jornada — e esta semana há mais (e para semana também) e todos os dias se pode dar uma mãozinha!

No próximo fim-de-semana (sábado e domingo) é, contudo, necessário dar um bom empurrão e há uma série de indicações úteis a dar:

● Questões de organização

Da experiência dos anos anteriores e que o último domingo mais uma vez confirmou, conclui-se que há toda a vantagem em que, tanto quanto possível, os camaradas apareçam já organizados em brigadas de trabalho. Quando se fala em «brigadas de trabalho» não se quer dizer que tenham de ser vinte ou trinta pessoas, podem ser apenas três ou quatro mas que, tendo em conta as necessidades, possam organizar melhor o seu trabalho.

Vamos trocar isto por miúdos e pôr mais em concreto. Suponhamos que dois camaradas carpinteiros de construção civil que moram por hipótese em Odivelas já sabem que ambos pensam ir para a Ajuda no sábado. Toda a gente sabe que no tipo de trabalho de carpintaria a fazer por agora na Festa, o oficial necessita de ajuda: apoiar a prancha de aparite a erguer, segurar a escada que ele sobe, dar um avanço no corte deste ou daquele sarrafo, etc. Aí, há toda a vantagem que lá para sexta-feira os camaradas se entendam para ir juntos e, entretanto, passem pelo Centro de Trabalho e perguntem por outros amigos que vão. Suponhamos então que entre estes estão dois camaradas empregados de escritório e um pintor: para estas duas profissões

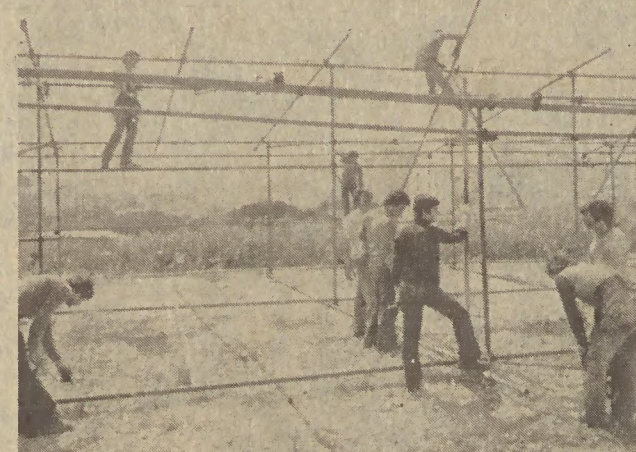
ainda não há tarefas específicas no terreno e aí os amigos combinam, vão todos juntos e, à chegada ao terreno, informam os camaradas da recepção: «Está aqui um grupo de cinco homens pronto para trabalhar em carpintaria. Trazemos ferramentas, o pessoal chega, é só preciso saber o que há para fazer!». E o que há para fazer aparece logo! Se os camaradas aparecerem sozinhos também haverá, é claro, mas será necessário compor a equipa, procurar outros amigos, enfim, perder algum tempo que assim se poupa.

Aliás, ao nível de camaradas responsáveis das organizações este tipo de preparação pode fazer-se com carácter sistemático e permanente. Era oiro sobre azul se aparecesse por lá um grupo de quarenta camaradas da concelhia — digamos — de Sacavém e o camarada responsável anunciasse:

— Estão aqui cinquenta camaradas de Sacavém dos quais cinco são uma equipa para carpintaria com dois carpinteiros, seis para montagem de tudo com três montadores de andaimes, dois canalizadores com três ajudantes cada um, todos com ferramentas e ainda mais vinte sete amigos para o que for preciso!

● Os trabalhos essenciais

Na presente altura dos trabalhos, três tarefas são essenciais na Ajuda: carpintaria, montagem de estruturas, canalizações. Possivelmente, já a partir



desta semana, os electricistas são igualmente fundamentais.

Aí temos, assim, um apelo a todos os camaradas com estas profissões ou com elas relacionados.

Por outro lado, há muito trabalho a efectuar no próprio terreno. A limpeza geral está feita (os famosos pedregulhos do ano passado não cresceram outra vez...) e já se avançou no corte da erva que está a ser devidamente enfardada para o destino que foi acordado com os serviços competentes da CML. Mas há outros trabalhos a fazer, nomeadamente os das redes de esgotos, de água e a primária de electricidade. Enxada, pá e picareta exigem mãos — e é preciso que elas lá estejam!

● Ferramentas para levar

Há, naturalmente, toda a vantagem que os camaradas com profissões mais ligadas aos trabalhos que apontamos levem as suas próprias ferramentas. Há-as por lá, mas nunca chegam!

Uma peça que faz parte integrante da história da Festa é a chave de porcas ou de óculo 22. É a chave para as bráçadeiras do tubo e quantas mais melhor! É necessário confessar que como ferramenta doméstica uma chave 22 não tem grande utilidade... Não dá para substituir a válvula da torneira e de uma forma geral não se têm estruturas de andaime no quarto de cama... Mas o camarada pode arranjar uma chave 22, usá-la na Festa e levá-la para casa e pô-la em cima do armário da sala! E se lá para Dezembro alguém perguntar «P'ra que diabo tens tu aqui uma chave de porcas», pode responder «Isso é uma chave 22 e é a minha chave da Festa do «Avante!»».

É claro que, para além disto, pás, picaretas, enxadas, etc., são igualmente necessárias.

● O almoço

Já se sabe que por enquanto é necessário levar almoço. E não esquecer de levar uma garrafa de água: no terreno ela ainda não está ligada.

Por outro lado, não esquecer também o saco de plástico para os restos a serem depois deitados num recipiente apropriado!

E, linhas gerais, é tudo! Sábado, dia 3, domingo, dia 4, lá nos encontramos! No Alto da Ajuda!

Camaradas! A exposição de arte popular depende de todos nós

Tal como já aconteceu no passado ano, o pavilhão central da Festa dedicará uma extensa área a uma série de realizações dedicadas à cultura popular do nosso país.

Os problemas de defesa e valorização do património cultural do povo português serão largamente focados e prepara-se uma exposição de grande dimensão sobre peças de arte popular.

Para a organização desta exposição, os camaradas da respectiva Comissão dirigiram já um apelo a todas as organizações do Partido no sentido de que, por todo o País, se procedam a diligências no sentido de obter peças e materiais que alarguem o mais possível o seu âmbito. É uma tarefa que se coloca não apenas ao nível das organizações, mas

ao nível de todos os militantes e amigos do Partido.

Trata-se no fundo de procurar de Norte a Sul peças que sejam significativas das capacidades criadoras do povo português e que (naturalmente a título devolutivo) possam ser apresentadas. E não apenas peças individuais mas também colecções, mesmo particulares. O ano passado, por exemplo, dois amigos do Partido emprestaram duas valiosas colecções de peças de arte popular de grande valor que em muito enriqueceram a exposição que se efectuou e, este ano, estão já garantidos empréstimos de grande interesse.

Os camaradas da Comissão Cultural da Festa do «Avante?» pedem assim a todas as organizações e camaradas que tenham conhe-

cimento da existência de peças ou colecções que façam diligências no sentido de obterem a sua cedência para a exposição e informem a Comissão, tendo em conta os seguintes dados:

1. Tipo e quantidade de peças
2. Exigências para a exposição (necessidade de vitrinas, de bases, etc.)
3. Condições de empréstimo (eventuais seguros, transporte, etc.)
4. Diligências a que se deve proceder para concretizar o empréstimo (pessoas a contactar, medidas a tomar, etc.)

Para além disso há também todo o interesse em indicar outro tipo de manifestações culturais que se enquadrem no conjunto destas iniciativas. Alguns exemplos:

artistas populares como repentistas, contadores de histórias, poetas, músicos de várias regiões do país; artífices que perpetuem técnicas tradicionais de barro, madeira, metal, etc; problemas de defesa ou, pelo contrário, de destruição de património cultural e artístico nacional, de preferência documentadas (fotos, documentos, etc.). E enfim, tudo o mais que permita trazer a Lisboa a verdade viva da cultura popular do povo português e do carinho que à sua defesa votam os que se batem pela liberdade e pelo progresso.

Todas as indicações devem ser enviadas o mais depressa possível para:

Comissão Cultural da Festa do «Avante!»
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA
CODEX

? !

Segundo informações que provêm de toda a parte, as perguntas acumulam-se...

— Mas quais são os artistas que vêm à Festa do «Avante?»

Assumem por vezes aspectos mais directos:

— Sempre é verdade que vem o tal e tal cantor, o tal e tal grupo?...

Surgem igualmente revestidas em críticas:

— Camaradas, é importante para a venda da EP, é preciso anunciar quem vem!

E também em sugestão:

— Olhem que é fundamental trazer fulano! É sensacional e com certeza que viria!

Os camaradas da Comissão de Espectáculos contrapõem as suas razões: é preciso não contar com o ovo... enfim, onde ele está antes de poder ser estrelado!...

Dizem que é necessário, até ao fim ter o programa, arrumado, ponto por ponto, e tudo bem confirmado para não dar «buracos»!

Entretanto, dizem que já há certezas — e que são boas, mas que é necessário ter todo o conjunto do programa porque, afinal, ainda há possibilidades de

alterar aqui ou ali. E garantem que está para breve o começo de dar novidades rigorosas e absolutamente fidedignas!

Muito instados, desvendam, que os blues estarão presentes e em muito bom. Que a canção da América Latina também virá (e parece ser uma voz feminina). Que, sem ser Theodorakis (aliás com a vinda a Portugal já anunciada para o Verão), mas muito, muito perto do grande compositor grego, também das bandas de Atenas há novidades... Parece ainda confirmar-se que, após o «intervalo» do ano passado, haverá bailado. E que para os lados do jazz, o Dixieland vai ter honras de um Festival com um pouco de todo o mundo (coisa a que a JCP está ligada!).

E mais não disseram! E acrescentaram que é garantido que podem ser vendidos milhares de EP's — que não se engana ninguém!

E que daqui a uns dois números, eles aí estão a enviar fotos e biografias para o «Avante!».

O 1.º sorteio da EP é no sábado em Almada

Na Festa da Amizade, em Almada realiza-se no próximo sábado o primeiro sorteio da EP. A ele concorrem todas as pessoas que até lá tiverem adquirido a sua EP.

E os prémios são sedutores!

	NO VALOR DE
1.º Tenda de campismo	22 000\$00
2.º Fogão-porta bilha	11 000\$00
3.º Aspirador	6 500\$00
4.º Batedeira	3 400\$00
5.º Fritadeira	2 980\$00
6.º Lanterna gás	2 440\$00
7.º Mesa e 3 cadeiras campismo	2 000\$00
8.º Moinho de café	1 000\$00
9.º Balança casa de banho	900\$00
10.º Yogurteira	900\$00
11.º a 15.º livros CDL no valor de 1000\$00	5 000\$00
16.º a 20.º livros CDL no valor de 500\$00	2 500\$00
21.º a 25.º assinatura da revista «Vida Soviética» 120\$00	600\$00



No domingo passado registou-se já um bom avanço. Abriram-se valas para as canalizações, ergueram-se as estruturas de tubo dos pavilhões centrais, avançou-se, enfim, num trabalho que se prolongará até à Festa para que ela atinja e ultrapasse o êxito dos anos anteriores, como querem (e conseguirão) os trabalhadores comunistas e as massas trabalhadoras com o esforço e a vontade que fez no ano passado do Casalinho da Ajuda um imenso e agradável local de festa.

Greves políticas e quem as faz

A escalada da ofensiva governamental contra a greve toma aspectos repressivos que obrigam os trabalhadores (e o caso da Petrolgal é bem elucidativo) a defenderem não apenas as suas reivindicações ligadas à empresa através de formas de luta (entre elas a greve), mas o próprio direito constitucional de exercê-las sempre que democraticamente o entendam necessário. O Governo da Aliança reaccionária não se limita a atacar os interesses económicos e sociais que os trabalhadores salvaguardam através da contratação colectiva. Politicamente, usando os meios de comunicação social estatizados como se fossem órgãos partidários da coligação governamental, e os jornais de direita ao seu serviço, o Governo, os seus agentes em empresas e o patronato que o apola intensificam diariamente a campanha ideológica contra o direito à greve. Não lhes basta a repressão directamente exercida sobre os trabalhadores nos locais de trabalho. Governo e apolantes exploram, empolando-os no pior sentido, os reflexos inevitáveis que alguns processos de luta em determinados sectores e empresas têm, por vezes, nas necessidades e nos hábitos quotidianos de uma parte da população. Esses reflexos, que os trabalhadores em luta sempre procuram evitar ou reduzir ao mínimo, mesmo quando objectivamente não existem são um verdadeiro maná para a manipulação demagógica do Governo que não olha a meios para quebrar a unidade das massas trabalhadoras e evitar o êxito das suas lutas. O Governo deturpa, mente, calunia com a arrogância de quem se julga o único com direito a ser ouvido. A sua política de confronto com as massas organizadas no Movimento Sindical Unitário é deturpada directamente pelos

próprios ministros junto da opinião pública. Esse confronto bem conhecido desde os primeiros dias deste Governo, quando da tentativa de congelamento de 40 convenções colectivas de trabalho, é escamoteado em troca de uma vontade, de um voluntarismo grevista, a que os trabalhadores são completamente alheios e que teria apenas origem política, na exclusiva aceção (entenda-se) que esse Governo atribui à noção de "política" para uso de quem trabalha. Infelizmente, essa origem falsa é, na boca do Governo, uma imposição partidária e, como toda a imposição, teria um cariz autoritário. Explicita ou subjacente, esta ridícula fantasia percorre toda a campanha de intoxicação governamental contra o direito à greve, contra os direitos e liberdades sindicais, contra os trabalhadores organizados. A organização das massas trabalhadoras nos seus sindicatos, os princípios por que se regem legalmente essas associações de classe, o facto de serem elas e não os partidos a decretarem a greve, a participação directa e democrática dos trabalhadores na escolha dessa ou de outras formas de luta são realidades que este Governo procura esconder a todo o custo. Para tal expõe o veneno da sua propaganda como se essas realidades não existissem, ou fossem obra exclusiva dos partidos que se opõem à sua política antipopular e antinacional. O Movimento Sindical Unitário, encabeçado pela CGTP-IN, combate frontalmente a campanha governamental de calúnias, falsidades e provocações contra o direito à greve, lutando ao mesmo tempo pela salvaguarda e aplicação integral de todos os direitos sindicais. Porque não é apenas um direito que está em causa. Estão em causa os próprios sindicatos. Através dessa

campanha que transforma, nomeadamente, a Televisão em coutada de ministros, a dupla Carneiro/Amaral faz esforços quase diários para desprestigiar o Movimento Sindical junto dos trabalhadores mais isolados, junto das camadas mais exploradas e oprimidas da população, junto daqueles, afinal, que mais necessidade têm dos sindicatos.

Não é apenas nos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais que este Governo quer incutir o ódio aos sindicatos e a toda e qualquer forma de organização dos trabalhadores. O Governo Carneiro/Amaral quer retirar às massas trabalhadoras as melhores armas de que dispõem para defenderem os seus direitos e interesses, procurando, inclusivamente, criar um clima propício para alterar profundamente a Lei da Greve, proibindo o seu exercício em alguns sectores do trabalho e retirando-lhe, nos outros, toda a eficácia e razão de existir.

É o Governo que "politiza" a seu modo as formas de luta dos trabalhadores para melhor as atacar através da demagogia eleitoral, usando abusivamente os meios de comunicação estatizados.

É o Governo que, na ânsia de virar trabalhadores contra companheiros em greve, inventa, para estes, níveis de salários totalmente falsos.

Enquanto mente sem vergonha sobre a situação económica de empresas como a Petrolgal e a Rodoviária, o Governo tenta por todos os meios incutir a falsa ideia de que não pode (como se essa fosse a sua vontade) melhorar a situação de trabalhadores mais mal pagos (mas nunca diz quais) porque os que auferem melhores salários "levam" o dinheiro todo.

Na sua ânsia demagógica de ludibriar o maior número daqueles cuja vida lhes proíbe diariamente qualquer voto na direita, o Governo cai a cada passo no ridículo e mostra o desrespeito que nutre pela capacidade de entendimento dos trabalhadores, tratando-os como gente vacilante, facilmente crédula e manobrável. Desengane-se, porém, o Governo. Os trabalhadores mais explorados estão objectivamente solidários com todo e qualquer êxito na luta por melhores salários, seja qual for o sector ou a empresa onde essa luta se processe. Os trabalhadores mais explorados sabem que, para alcançarem para si melhores salários não precisam de atacar as lutas de outros trabalhadores, assalariados como eles. Pelo contrário. Sabem que, apoiando essas lutas para saírem vitoriosas, ficam eles também mais perto da vitória.

As greves têm origem económica. Não têm origem política. Quando atacam este Governo (e têm forçosamente de atacar-lo até que desapareça) os trabalhadores atacam, na verdade, a política da Aliança reaccionária. E assim é porque recusam as suas medidas económicas e sociais, que muito concretamente os afectam nos seus salários, no seu nível de vida, no seu direito ao trabalho.

As greves acabam por ser políticas (e não partidárias) sempre que as massas trabalhadoras vêem que é impossível alcançar qualquer reivindicação essencial com a política deste Governo, pois ele não se limita a roer os salários. Tenta acabar com as formas legais de os defender.

Os trabalhadores querem derrubar Carneiros e Amarais? Politicamente? Pois claro. De outro modo, como poderia ser?

Divisionistas em apuros para defender «quem governa»

● Dirigente dos Bancários fala em demissão

A implicação de promotores do divisionismo sindical em determinadas formas de luta que envolvem algumas das poucas associações sindicais que dominam através das direcções, nomeadamente nos Escritórios, tem provocado reacções típicas da direita, justamente preocupada com atitudes pouco ortodoxas do divisionismo que patrocina e apóia.

Sem compreenderem que alguns divisionistas, para não ficarem de todo isolados da massa associativa, se vêem na contingência de apoiar formas de luta decididas à sua revelia pelos trabalhadores e pelas estruturas representativas nas próprias empresas (lutas essas que põem em causa directamente a política do Governo) os jornais de direita e outros meios de comunicação estatizados ao serviço da Aliança reaccionária interpretam essa atitude de quadros partidários infiltrados em alguns sindicatos de serviços como sendo decisão que implica toda a UGT, segundo eles virada, pontualmente, para a «unidade na acção» com a CGTP-IN.

Esta «interpretação alargada» é falsa e perigosa. Destina-se a servir demagogicamente o divisionismo, confundindo interesses de classe.

A UGT, que sempre declarou, alto e bom som, não lhe interessar «quem governa, mas como governa», continua a manter a sua linha reformista de conciliação de classes. Fora do movimento sindical e atacando-o como pode, tenta subordinar os interesses vitais dos trabalhadores à política de confronto permanente que a dupla Carneiro/Amaral prossegue contra esses interesses e inclusive contra os direitos legalmente consagrados para os defender.

A UGT não alterou a prática de traição que caracteriza os promotores do divisionismo. Limita-se simplesmente (porque não pode fazer outra coisa) a não desautorizar publicamente alguns dos seus elementos arrastados pela forte corrente da unidade que caracteriza as posições das massas trabalhadoras na luta contra o Governo.

Essas lutas (e a Petrolgal é um exemplo em curso) põem claramente a nu as responsabilidades directas do Governo nos conflitos que lhes dão azo. Através do conselho de gerência, é esse Governo que é parte nas negociações salariais daquela empresa nacionalizada. «Quem governa» tem aqui forçosamente de interessar a alguns promotores do divisionismo. Pelo menos aqueles que se sentam à mesa das negociações com os representantes dos interesses directos do Governo, da sua política de baixos salários, da sua escalada contra as nacionalizações e os direitos elementares de quem trabalha.

A questão de «como governa» a dupla Carneiro/Amaral é diariamente uma lição política que os promotores do divisionismo não podem deixar de aprender (ou fingir que aprendem) se quiserem continuar ainda por algum tempo à frente de algumas associações sindicais do sector de serviços com grande implantação de base unitária.

Mas essa lição política é menos da responsabilidade do Governo do que dos trabalhadores em luta contra ele. É a lição da unidade, designadamente de comunistas e socialistas, por objectivos concretos e comuns, independentemente da filiação

ou simpatia partidária de cada um.

Os promotores do divisionismo não vão aprender essa lição até às suas consequências necessárias, porque isso os levaria a liquidar eles próprios a UGT. Todavia, a crise instala-se e agudiza-se na «central» amarela. Os problemas objectivos são cada vez mais graves.

A actual movimentação no sentido da greve entre os bancários veio assinalar novamente as desinteligências e contradições entre as duas correntes principais (PS e PPD) na direcção do divisionismo.

Na última quinta-feira, numa entrevista ao semanário «Tempo» (porta-voz reaccionário das forças mais retrógradas do País) um dirigente PPD do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas adiantava, segundo o próprio título da entrevista, que «divergências entre socialistas-democratas e socialistas podem provocar demissão dos corpos gerentes» daquela associação sindical.

Dessas mesmas divergências dá conta a posição das direcções divisionistas dos Bancários perante a greve marcada para anteontem e posteriormente desconvocada em quaisquer garantias para além da promessa governamental de nomear uma nova CEC (comissão executiva de contratação), como se os novos negociadores por parte do Governo, da mesma origem dos anteriormente demitidos pelo mesmo Governo como simples manobra dilatória para atrasar as negociações do Contrato, fossem garantia suficiente para desconvocar uma forma de luta que tem objectivamente na sua raiz a política do Governo para a contratação colectiva e a recusa frontal dessa política por parte dos trabalhadores.

A UGT continua a ter as armas por este Governo. Mas, contraditoriamente (o que não surpreende) os seus porta-vozes abalizados na direcção dos Bancários preocupam-se mais, afinal, com «quem governa» do que com «como governa» quando se trata do seu Governo PPD/CDS, ou CDS/PPD. De outro modo, não se entenderia neste caso como fazem depender a realização de uma greve da simples mudança, sem qualquer significado positivo, de uns negociadores nomeados pelo mesmo Governo para defender a mesma política salarial dos negociadores demitidos.

O recuo dos promotores do divisionismo em determinados casos específicos perante a força da unidade defendida pelos próprios trabalhadores que dizem representar não depende de qualquer nova orientação da UGT — que não existe. Essa força crescente da unidade entre filiados dos sindicatos de serviços que formam a subestância das hostes divisionistas é, porém, susceptível de agravar sem apelo as desinteligências internas na «central» amarela — situação que ainda assim não levaria a UGT a mudar de rumo. Levaria era ao seu desaparecimento, porque a UGT é uma agremiação baseada numa aliança partidária incongruente que só de fora se relaciona com o movimento sindical (atacando-o) através dos seus quadros partidários temporariamente instalados na chefia de uma meia dúzia de sindicatos representativos de trabalhadores de serviços.



Como sucedeu no ano findo, no 1.º de Maio de que damos uma imagem também este ano do Dia do Trabalhador se inscreve, como em 1979 contra Mota Pinto, num período de grandes lutas nas empresas e nas ruas contra um governo antipopular e antinacional

Adesão maciça às greves pela contratação colectiva

● Governo insiste na mentira e na provocação

A luta pela contratação colectiva continuou a movimentar nesta semana anterior ao 1.º de Maio grandes massas de trabalhadores profundamente atingidos no seu nível de vida pela política de um Governo antinacional. Na Petrolgal uma nova greve de três dias aproximava-se do fim à hora de fechamos o «Avante!» sem que as reuniões entretanto realizadas com o conselho de gerência fizessem prever a solução do conflito, que agora se agravou com a suspensão arbitrária de 8 trabalhadores. Nos CTT/TLP, cumprida com forte adesão, a greve dos dias 28 e 29 deveu-se à intransigência da administração e à política do Governo que a isso conduziu levando os trabalhadores a adoptarem formas de luta como último recurso para obterem salários que reponham o poder de compra. «O aumento do custo de vida — lembra a CNS dos CTT/TLP — foi de 24,4 por cento e a administração só dá 15,4 por cento em 1980».

Enquanto continuava a movimentação nos bancários pelo avanço das negociações (concentração marcada para ontem em Lisboa), os químicos previam o regresso à luta e, na Petrolgal, a política da Química e Farmacéutica lembrava à população, como fizeram de resto sindicatos envolvidos noutras lutas, que as greves não se destinam a prejudicar as massas trabalhadoras e a população em geral. Devem-se exclusivamente às posições do patronato e do Governo, que empurram os trabalhadores para posições radicais, mentindo inclusivamente sobre os salários actualmente auferidos, como sucede na campanha provocatória do Governo Carneiro/Amaral contra a luta na Petrolgal, onde «o salário médio é menos de metade daquilo que o Governo afirma».

● **Petrolgal** — Previsto para terminar ontem, já depois do fecho do «Avante!», o novo período de greve de 72 horas consecutivas na Petrolgal contou com adesão idêntica à paralisação anterior (cerca de 98 por cento) dos dias 17, 18 e 19 de Abril findo.

O período de luta reiniciado às zero horas da última segunda-feira atingirá ainda, se não houver alterações substanciais na atitude do Governo, os dias 1, 3 e 4 do corrente com «recusa à prestação de trabalho em dia de descanso e feriado» (e não recusa às horas extraordinárias, como anunciaram erradamente alguns jornais).

A Federação da Química e Farmacéutica, desmentindo notícias falsas, esclarecia, entretanto, que o abastecimento de gás nunca foi cortado pelos trabalhadores da Petrolgal. Todavia, como sucedeu na paralisação anterior (17 a 19 de Abril) o abastecimento da componente normalmente fornecida à Petroquímica dependerá de outras empresas, pois a greve abrange todos os sectores da Petrolgal.

Para este período de luta, que se prolongará até ao próximo domingo inclusive, mantêm-se as razões justas da greve anterior, acrescidas agora da exigência da reintegração imediata dos 8 trabalhadores suspensos em Cabo Ruivo por terem recusado

a requisição civil ilegalmente decretada pelo Governo e não acatada pelos trabalhadores que impugnaram judicialmente e decidiram prosseguir com a paralisação dentro do período de 15 dias que deveria durar a referida requisição.

As Federações da Química e dos Escritórios, que representam a quase totalidade dos trabalhadores da empresa, reafirmam que a Petrolgal dispõe de uma situação económica notavelmente desafogada e tem capacidade para satisfazer sem riscos as reivindicações salariais.

Os elementos contabilísticos divulgados pela Federação dos Químicos e que aqui inserimos na semana passada são a prova do realismo das reivindicações defendidas pelos trabalhadores, designadamente o aumento salarial de 31 por cento e as restantes regalias da contratação colectiva para enfrentar o aumento escandaloso do custo de vida.

● **CTT/TLP** — Assegurando apenas os serviços de urgência comprovada, através de piquetes de greve, os cerca de 30 mil trabalhadores dos Correios e Telefones, representados pelos respectivos Sindicatos, aderiram em massa à greve decretada a nível nacional para segunda e terça-feira desta semana, por 48 horas consecutivas.

Na base da luta está uma reivindicação salarial com aumentos que oscilam entre os 20 e os 30 por cento, conforme as categorias profissionais, e mais 22 cláusulas contratuais de expressão pecuniária que a administração da empresa se recusa a satisfazer, limitando-se até agora a aceitar à que diz respeito ao subsídio de alimentação.

De acordo com alguns resultados provisórios divulgados no decorrer da greve por um porta-voz do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), a adesão foi de 100 por cento nas centrais distribuidoras de correio e de 70 por cento nos serviços administrativos centrais. Esses e outros elementos obtidos na última segunda-feira ao fim da tarde «demonstram grande

mobilização dos trabalhadores e vontade inequívoca de lutarem até conseguirem os seus objectivos».

Segundo a CNS (Comissão Negociadora Sindical), que acabamos de citar, a contraproposta do Conselho de Administração, que os trabalhadores recusam, «implicaria um aumento de encargos com o pessoal de 15,5 por cento para 1980».

O impasse surgiu nas negociações directas não registou até agora qualquer tentativa para o ultrapassar da parte da administração dos CTT/TLP, que se limitou a pedir a conciliação no Ministério do Trabalho.

Sem incidentes, a greve registou, no entanto, um acto repressivo da parte de um responsável do sector de Transportes Mecânicos de Lisboa que expulsou um dirigente do SNTCT integrado num piquete de greve. A arbitrariedade mereceu imediatamente «o mais veemente e enérgico protesto» da parte do Sindicato que por ela responsabilizou a administração da empresa.

Dados divulgados já na terça-feira sobre a adesão à greve incluem as seguintes percentagens: Aveiro, 60 por cento; Beja, 77 por cento; Castelo Branco, 76 por cento; Funchal, 77,2 por cento; Faro, 81 por cento; Guarda, 67,7 por cento; Leiria, 77 por cento; Lisboa, incluindo todos os serviços, 83 por cento; Portalegre, 81,5 por cento; Santarém, 74,4 por cento; Setúbal, 92 por cento; Viana do Castelo, 91 por cento; Vila Real, 77 por cento. A média nacional de adesão confirma a previsão entretanto anunciada e que se situava entre os 75 e os 80 por cento.

● Bancários

— Desconvocada horas antes do seu início previsto para anteontem por um período de 24 horas em todo o País, a greve dos 50 mil bancários, segundo a respectiva declaração, destinava-se nomeadamente a lutar contra o boicote às negociações do novo CCTV por parte da CEC (comissão executiva de contratação), entretanto demitida pelo Governo que, com

a promessa de nomear novos representantes para a mesma CEC levou à desconvocação dessa forma de luta que a maioria dos trabalhadores considerou indispensável ao progresso das negociações de revisão do Contrato, iniciadas há mais de 2 meses e que além da CEC (governamental) incluem, como negociadores por parte da Banca os representantes da Caixa Geral de Depósitos, do Montepio Geral e dos bancos estrangeiros.

Mantinha-se, entretanto, ao fim da tarde da última terça-feira, sem alterações, a concentração dos trabalhadores bancários convocada para as 12 horas e 30 de ontem na Praça do Comércio em Lisboa.

Os membros do Conselho Geral (órgão central do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas), ao convocarem aquela concentração, afirmam que a direcção do Sindicato, «presa nas teias do conformismo e do conluio», tem estado «expectante». Tomando «uma posição passiva», aquela

direcção «ficou de boca aberta à espera que o Governo nomeasse nova CEC» e renunciou «a ter qualquer influência na nomeação dos novos negociadores do Governo, cuja actuação se prevê igual às dos anteriores».

● **Químicos** — A revisão do CCTV/PRT da indústria química continua sob boicote. Depois de 4 reuniões de conciliação requeridas pelo patronato, a Federação sindical da Química e Farmacéutica afirma que os representantes patronais não alteraram «a sua posição anterior, trazida das negociações directas, sendo manifesta a sua intenção de boicotar até às últimas consequências o presente processo negociador e não hesitando até em optar pelas vias da provocação».

A Federação, que salda os trabalhadores pela participação na greve de 17 e 18 de Abril findo, bem como a sua determinação e empenhamento «na árdua luta que vimos travando em busca de

condições salariais dignas», dá «plenos poderes às associações sindicais para endurecer ainda mais a luta», marcando, quando o julgarem oportuno e após a realização de plénários nas empresas, «um novo período de greve, que poderá ir até às 48 horas, como resposta firme à intransigência e ao boicote sistemático do patronato».

A Federação exorta os trabalhadores a participarem em massa nos plénários de empresa.

● **Outras lutas** em curso, previstas para breve, ou movimentação de trabalhadores e sindicatos nesse sentido, desenvolvem-se na **Barragem de Crestuma-Lever** (por caderno reivindicativo); **Panificação dos Açores** (por uma PRT para o sector); **Cimpor** (contra a ameaça de desemprego que pende sobre 200 trabalhadores devido à eventual venda da empresa à General Motors). **Diese** (contra suspensão de um delegado sindical); **Spallix**, na Charnusca (reputada tentativa de despedimento colectivo); **Quimigal** (pelo pagamento das indemnizações referentes à campanha de adubos, pela consolidação da empresa, contra a sua diversificação); **Função Pública** (pela negociação da PRC. Previsto o encerramento da luta com greves de maior duração do que a do dia 17 de Abril findo); **Vilação Matense** (pelo cumprimento do contrato colectivo); **CIFA**, do Porto (contra a assinatura da declaração-inquérito lançada pela administração); **Aldeamento Turístico Pedras d'El Rei**, Tavira (pelo pagamento de salários em atraso desde Fevereiro); **EPNC** — Empresa Pública das Jornais «Diário de Notícias» e «Capital» (CT protesta contra «medidas de suposta austeridade» impostas pelo Governo, que atingem gravemente os trabalhadores); **Pescadores algarvios** (pelo subsídio de desemprego); **Paramédicos do Norte e Centro** (por alterações no quadro X do Decreto-Lei 444/71, por retroactivos, pela integração na carreira do Decreto-Regulamentar 87/77); **Professores** (o «Ministério, para além de declarações de princípio e intenção, pouco ou nada avançou para a resolução dos problemas que afligem os professores», afirmam as direcções sindicais que recentemente aderiram à greve da Função Pública pela negociação da PRC); **Têxtil Manuel Gonçalves**, de Campelos, no Porto (contra a repressão patronal desencadeada depois da greve pela aplicação do CCTV da indústria química na empresa).

O servilismo de um jornal

A actual direcção do «Diário de Notícias» é pródiga em profissões de fé ideológicas. Quem a ler acerca dos princípios que diz defender, muita matéria terá para duvidar da independência e isenção do matutino estatizado. Ao percorrer as páginas do jornal, que depende do erário público e deveria servir exclusivamente os interesses nacionais, os interesses de quem o paga, qualquer leitor imparcial identificará facilmente os limites desses princípios, bem curtos aliás.

Quando se trata de uma greve como a da Petrolgal, quando a Federação dos Químicos dá uma conferência de Imprensa com dados numerosos que considera verdadeiros e como tal os transmite aos jornalistas, quando o «Diário de Notícias» está representado nessa conferência de Imprensa e no dia seguinte delta fora tudo o que lá ouviu e era essencial para repor a verdade, nomeadamente contra os números falsos do Governo no que respeita a salários e à situação económica da empresa, que interesses está a defender o «Diário de Notícias»?

Que princípios ideológicos respeita o «Diário de Notícias», quando no seu número de 23 do mês passado (a conferência a que aludimos foi na tarde do dia anterior) não retém uma linha do que disseram os dirigentes sindicais da Federação dos Químicos sobre a escalada da campanha «alarmista, provocatória, e caluniosa» conduzida pelo Governo contra os trabalhadores em greve?

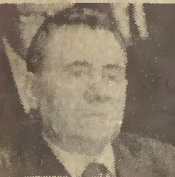
Que critérios de independência e isenção se praticam nesse jornal, quando no dia seguinte a ter deixado fora (ou censurado?) os números sobre salários e situação económica da empresa, publica mais uma nota oficiosa e afirma em título que, «respondendo aos sindicatos» (e omitindo o jornal inteiramente a posição sindical sobre o assunto) o «Governo esclarece as contas da Petrolgal»?

Escusado será dizer que não fazemos estas perguntas à direcção do ofício «Diário de Notícias». O que acima se escreve em forma interrogativa é uma simples verificação (mais uma) da atitude servil de um jornal estatizado perante o Governo da Aliança reaccionária e a sua política antinacional.

Semana

23
Quarta-feira

1969 — Toma o Poder o general Gaafar El Numeiri, proclamando a República Democrática do Sudão.



Andrei Gromyko

A polícia racista sul-africana espanca centenas de estudantes mestiços que participavam em manifestações pacíficas contra a discriminação racial no ensino, nos arredores de Joanesburgo. ■ Um boletim médico informa que o estado de saúde do presidente Tito da Jugoslávia não tem cessado de se agravar nas últimas 48 horas. ■ O ministro iraniano acabava de formular acordos comerciais de grande alcance, que irão ser apresentados ao Conselho Revolucionário Islâmico para aprovação. ■ Andrei Gromyko, ministro dos NE da URSS, chega a França para uma visita oficial. ■ É noticiado que os trabalhadores da companhia de electricidade de S. Salvador cortaram ontem o fornecimento de energia por duas horas, em protesto pelo assassinio de um dirigente sindical. ■ As autoridades da Arábia Saudita expulsam o embaixador britânico em Riad, como represália pela exibição do filme "Morte de uma Princesa" na TV comercial da Grã-Bretanha; o filme relata a história de uma princesa saudita que foi executada sob acusação de adultério. ■ O Ministério da Defesa de Itália informa que rondou os 95% o número de votantes de todos os ramos das Forças Armadas que participaram nas eleições para os "Conselhos de Base" realizados nos quartéis de todo o país.

24
Quinta-feira

1916 — Insurreição em Dublin, pela independência da Irlanda.

Alireza Nobari, presidente do Banco Central iraniano, afirma aos jornalistas que o seu país está a retirar os seus activos financeiros dos bancos europeus para evitar um eventual congelamento inserido nas "sanções" dos países da CEE, estando a transferir-los para outros países, incluindo alguns da Europa socialista. ■ O Irão e o Lénem do Sul concordam em estabelecer relações diplomáticas. ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova uma resolução condenando a intervenção militar israelita no Líbano e a sua assistência às milícias fascistas do "comandante" Haddad, salientando que a FINUL (Força Provisória das Nações Unidas no Líbano) pode utilizar as armas em legítima defesa. ■ A Federação Internacional dos Metalúrgicos envia a ditadura brasileira um telegrama de protesto pela detenção de 15 dirigentes sindicais, exigindo a sua libertação.

25
Sexta-feira

1945 — Inicia-se a Conferência de S. Francisco, nos EUA, que culminaria com a assinatura da Carta das Nações Unidas.



"Envolvidos" na Índia

Os EUA lançam uma "operação" ao Irão sob a justificação de que "iam libertar os reféns"; a acção redunda num espectacular fracasso, deixando no terreno pelo menos oito mortos, quatro helicópteros intactos e duas aeronaves destruídas, enquanto a fuga se fazia em atabalhoada precipitação; o presidente Carter admite a sua responsabilidade pessoal no perigoso fiasco, que poderia ter consequências imprevisíveis a nível mundial. ■ Andrei Gromyko regressa à União Soviética, considerando muito úteis as conversações que manteve em Paris com os dirigentes franceses. ■ Os mineiros de Tongown, na Coreia do Sul, vêm coroada de êxito a sua luta por melhores condições salariais e de trabalho, após quatro dias de resistência a mais de mil polícias de choque que cercaram as instalações mineiras. ■ Forças policiais brasileiras fazem vários feridos (entre os quais um jornalista) num ataque brutal a uma multidão de metalúrgicos que se manifestava junto à sede do respectivo sindicato. ■ Uma escalada de violência em S. Salvador nos últimos dois dias causa cerca de 50 mortos, metade dos quais atribuídos à acções terroristas de grupos de extrema-direita. ■ A CIA e a China são acusados pela revista indiana "Link" do envolvimento directo na desestabilização da situação nos Estados do nordeste da Índia.

26
Sábado

1975 — As Forças Armadas de Libertação do Vietname iniciam a chamada "Campanha Ho Chi Minh", a ofensiva final contra o regime de Saigão.

Morre em Paris o escritor cubano Alejo Carpentier. ■ Não há sobreviventes de um avião britânico de passageiros que ontem se despenhou contra uma montanha do arquipélago das Canárias; o aparelho, um Boeing-727, transportava 138 turistas de Manchester. ■ A multinacional norte-americana "General Motors" anuncia que vai despedir 18 000 trabalhadores, por "diminuição de lucros". ■ Na sequência das notícias sobre a frustrada agressão dos EUA ao Irão sob o pretexto dos reféns norte-americanos, o dólar desce em todos os mercados europeus. ■ Anuncia-se em El Salvador que os governos deste país e dos EUA assinaram ontem quatro acordos de "ajuda económica" que ascendem a mais de 32 milhões de dólares.

27
Domingo

1978 — Golpe revolucionário no Afeganistão; Taraki é o primeiro presidente.

Os reféns que estavam sequestrados na embaixada norte-americana em Teerão são separados em grupos e transferidos para diversas cidades iranianas. ■ A ditadura brasileira lança a polícia contra os plenários dos metalúrgicos da cintura industrial de S. Paulo e ordena novas prisões, intensificando a repressão depois de aqueles trabalhadores terem decidido continuar a greve iniciada há 26 dias. ■ Termina a ocupação da embaixada dominicana em Bogotá, na Colômbia, com a partida para Havana, a bordo de um avião, dos guerrilheiros do "M-19" e alguns diplomatas sequestrados. ■ Os estudantes mestiços decidem, na cidade do Cabo, continuar o boicote às aulas em protesto contra o sistema racista da educação na África do Sul.

28
Segunda-feira

1937 — A Força Aérea de Franco arrasa Guernica, vila de camponeses do País Basco. Para este bombardeamento Franco pediu auxílio às tropas nazis alemãs.



Dantio-me

O secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, demite-se do cargo na sequência da agressão dos EUA ao Irão a pretexto dos reféns em Teerão. ■ O porta-voz da empresa de automóveis "Kryler" dos EUA, Doug Nicolle, informa que esta companhia vai despedir 6000 trabalhadores dentro de poucas semanas devido à "descida de vendas". ■ Grupos separatistas que actuam nos Estados indianos de Assam e Manipur provocam violentos confrontos com a polícia, que teve de pedir a intervenção das Forças Armadas. ■ O general Guy Mery, chefe de Estado-Maior das Forças Armadas francesas, manifesta-se a favor da controversa bomba de neutrões, numa altura em que a França planeia reforçar o seu arsenal nuclear. ■ Segundo um relatório do Instituto de Altos Estudos Internacionais de Genebra, a Argentina e o Brasil estão prestes a tomar-se potências atómicas; a Coreia do Sul, Egito, Índia, Iraque, Israel, Líbia, Paquistão, África do Sul e Formosa são os outros países que, segundo o documento, poderão converter-se a curto prazo em potências nucleares.

29
Terça-feira

1965 — Intervenção militar dos EUA em S. Domingos.

Morre, com 80 anos, o cineasta de origem britânica, Alfred Hitchcock, o mestre do «suspense». ■ Termina em fracasso total a cimeira da CEE, debatendo-se os governos dos países membros com a crise mais grave da organização nos últimos 15 anos, agravada com a transigência do governo conservador de Margaret Thatcher. ■ Termina em Paris a conferência dos Partidos Comunistas europeus com um apelo no sentido da paz e do desarmamento aos povos da Europa. ■ As Forças Armadas iranianas informam que caças americanos, provenientes do porta-aviões Nimitz, abrem fogo sobre um avião iraniano sobre o mar de Omã.

Provocação contra o Irão — o malogro e os perigos

Os EUA acabam de concretizar uma provocação político-militar contra o Irão que poderia ter conduzido a uma guerra generalizada. E não era esse o seu objectivo?

Os factos são conhecidos, apesar das versões contraditórias (a Casa Branca tem razões de sobra para tentar adulterá-los o mais possível). Conforme informação da televisão e da imprensa soviética, dois grupos de soldados norte-americanos, um vindo do Egipto e outro do Paquistão, entraram em território iraniano, numa clara operação de guerra, a pretexto de «libertar os reféns». O saldo puramente militar da operação é significativo — os americanos deixaram no terreno os destroços de dois aviões e cinco helicópteros Cobra intactos; um número ainda indeterminado de mortos (Washington afirma serem oito, mas desde já o número de cadáveres localizados ultrapassou esse número, sendo também de estranhar que só graduados tenham perecido na operação pirata); muito possivelmente feridos que se arrastarão entretanto pelo deserto.

O total falhanço de uma operação que Washington diz ter sido cuidadosamente preparada (e é de acreditar...) e com todas as probabilidades de êxito, provocou manifestações de alegria no Irão, manifestações contra a política de Carter em vários países e, nomeadamente nos EUA, demissões na Casa Branca, fortes reações dos seus aliados da NATO, mantidos até ao fim fora dos planos de uma operação de consequências à partida imprevisíveis. E por todo o mundo — seria inevitável — a grata convicção de que o Exército norte-americano, o grande Exército da cabeça do sistema capitalista, mesmo em operações com voluntários, tem uma aptidão particular para somar derrotas. Enfim, um Exército à altura de uma política abertamente orientada no sentido de reconquistar o «domínio» do mundo. Pelos vistos, ao irrealismo de uma política que pretende «reconquistar o mundo», soma-se a correspondente inaptidão técnica. Felizmente.

Que razões?

Importa entretanto aprofundar a nova realidade assim criada.



Carter: uma política de força que reflecte o desespero do imperialismo perante o avanço da luta dos povos secularmente sujeitos à exploração

Porque o falhanço de Washington nesta operação de pura pirataria internacional não só não implica o fim de uma política aventureira — e os factos, nomeadamente a demissão de Vance, dizem-nos que não —, como constitui a denúncia dos imensos perigos de tal política. As muitas questões ligadas a esta operação que permanecem sem resposta, constituem matéria oportuna para pensar seriamente na política agressiva do imperialismo. E agir em conformidade.

Carter invocou para esta operação razões tão cínicas como as de ordem humanitária e o esforço de melhorar o clima internacional. Na verdade tudo isto é falso. Porque, como qualquer leigo compreende, tal operação, se ter chegado a concretizar-se minimamente, teria levado muito provavelmente à morte dos reféns, e teria sido, sem dúvida o passo decisivo para um conflito armado de grandes proporções na região.

Se as razões — ou as desculpas — invocadas nada têm a ver com a verdade, que se pretendia então?

A trajectória que tem vindo a ser seguida por Washington dá-nos a resposta.

As últimas medidas anunciadas no dia 18 incluíam: a proibição de quaisquer financiamentos

a pessoas ou organizações iranianas por parte de entidades que estejam sob a alçada da jurisdição americana, de todas as exportações para o Irão, e de viagens de cidadãos americanos àquele país. Os equipamentos militares, anteriormente encomendados e pagos pelo Irão, são embargados e entregues às Forças Armadas dos EUA ou propostos para venda a outros países. A Casa Branca decidiu igualmente apropriar-se dos bens do Irão «bloqueados» nos EUA (mais de 8 mil milhões de dólares). As outras medidas aventadas pela imprensa norte-americana, somadas com as muitas ameaças, apontavam já para claras acções de guerra: minagem dos portos iranianos e o bloqueio naval das suas costas.

Washington dava assim os últimos passos antes de uma política de agressão armada directa. A clara orientação provocatória seguida desde a queda do Xá vieram juntar-se as ameaças. Passou-se agora a agressão clara, ainda que falhada.

Agressão que só poderia ter como objectivo o desencadeamento do conflito armado na zona, visando a aniquilação da revolução

iraniana e, assim, a recuperação dos campos de petróleo, a inversão da actual situação sociopolítica, económica e estratégica na zona.

As ameaças perduram

Todos os aspectos desta operação são significativos.

Os grupos de agressores norte-americanos partiram do Egipto e do Paquistão, países cujos governos estão vitalmente interessados no domínio imperialista da zona e que constituem bases de apoio da reacção nesta zona. Contra países como o Afeganistão e o Irão, contra o movimento de libertação no Médio e Próximo Oriente, contra os seus próprios povos.

A operação manteve-se secreta para os aliados dos EUA na NATO. Ou seja, Washington está convicto de que as cedências da Europa capitalista não se arrastarão indefinidamente, e à falta de acordo usa-as nos seus planos sem consulta prévia.

Um outro facto que ressaltava aos olhos. Esta operação estava destinada a concretizar-se de facto. Digamos que seria inadmissível a hipótese de falha pois, para Washington, as consequências de tal falha são politicamente muito pesadas. Uma derrota irreversível. E no entanto a missão falhou. E de uma forma que se diria grotesca. O que não pode deixar de ser considerado como mais um sintoma da profunda decadência de um sistema condenado pela história. E que, contraditoriamente, pretende assumir um papel de domínio mundial que já não lhe cabe e para que está manifestamente incapacitado. Como mais uma vez se prova.

Infelizmente é duvidoso que esta clara lição tenha sido também tirada pela Casa Branca. As ameaças perduram. Os perigos são evidentes. A Casa Branca acaba de pôr o Médio Oriente, e talvez não só, à beira da guerra. A operação falhada não é só uma provocação. É um exemplo de como o imperialismo se dispõe a ir até à guerra para assegurar por mais uns tempos os seus ilegítimos interesses. Uma prova de desespero. E também um alerta de como se torna a dia mais premente a batalha inadiável e vital pela paz.

Cuba uma vez mais na mira da provocação imperialista

Cada vez mais se vai reforçando na opinião pública internacional a certeza de que o imperialismo americano está a apostar forte nas manobras de provocação e profundo desrespeito pela soberania dos povos.

Agora na mira da política dos «falcões» está novamente a República Socialista de Cuba. A partir de 8 de Maio, os Estados Unidos realizam no Mar das Caraíbas uma gigantesca movimentação militar com cerca de 200 mil homens do Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros.

O caso é desde já muito preocupante. Primeiro porque se realiza numa altura em que o movimento popular e a luta dos povos na região se

intensificam de forma significativa. Segundo porque é uma flagrante violação do Direito Internacional, uma vez que o estatuto da Base de Guantanamo (em território de Cuba) não prevê exercícios como o que agora se irá realizar: desembarque de 3500 homens na baía de Guantanamo, ou por outras palavras, violação das águas territoriais cubanas. Terceiro porque o próprio tema das manobras militares («defender um país que pediu auxílio aos EUA») sugere claramente os objectivos da administração Carter: preparar forças de intervenção para actuarem em qualquer país com regime de ditadura militar que se sinta incapaz de sustentar o avanço das forças populares em luta pela sua liberdade e a sua

independência, rumo a uma vida nova.

E é contra estes sentimentos, é como prova do seu medo face ao avanço daquelas justas lutas, que o imperialismo recorre a tão poderosos meios para afirmar a sua política provocatória e belicista.

Uma política que, entretanto, merece o repúdio firme da opinião pública mundial e em particular dos povos da América Central e das Caraíbas, na primeira linha dos quais encontramos, nomeadamente, os da Nicarágua, Granada, Santa Lúcia, Jamaica, El Salvador e de Cuba, que conta com a solidariedade activa da comunidade socialista e das forças democráticas e progressistas de todo o mundo.



A provocação do imperialismo americano é preocupante: as manobras militares das Caraíbas, com a participação de 200 mil homens, é uma ameaça a Cuba socialista e uma manobra evidente de desestabilização numa região do globo onde a libertação do povo da Nicarágua e a luta democrática do povo de El Salvador suscita a solidariedade dos povos de todo o mundo amantes da paz

Uruguai: acumulam-se os factores favoráveis ao derrube da ditadura

● Depoimento de Rodney Arismendi

O Uruguai vive actualmente uma situação complexa, mas em que se acumulam, simultaneamente, os factores favoráveis à criação de condições para o derrube da ditadura.

No depoimento do camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do PC do Uruguai, que a seguir publicamos, analisa-se a situação e apontam-se perspectivas para a superar.

A revolução na Nicarágua marcou o início de um novo período do processo de libertação na América Latina. Sob a influência dos acontecimentos na Nicarágua reberntaram novas tentativas para levar avante um golpe de força na Bolívia, produziram-se mudanças em Salvador, foi proclamada a amnistia no Brasil onde a luta de massas começa a crescer e a influência exercida pelo exemplo de Cuba é cada vez maior.

A tendência para a democratização nestes países, delineada após a contra-ofensiva fascista dos primeiros anos da década passada, significa uma mudança qualitativa na relação de forças entre a democracia e o fascismo e coloca como tarefa principal liquidar as ditaduras e as tiranias pró-imperialistas dos países do Como Sul, da América Central e da Bacia das Caraíbas.

A vitória da revolução na Nicarágua, conseguida graças ao apoio popular de guerrilha e à luta armada, suscitou um entusiasmo sem precedentes no povo do Uruguai.

Assim, o desenrolar dos acontecimentos na América Latina e a luta heróica do povo do Uruguai criam hoje condições para derrubar a ditadura. O ano de 1980 será decisivo para desmascarar o "cronograma" aos olhos do país e a nível internacional.

Os meios dirigentes querem legitimar o fascismo organizando eleições com um candidato único apresentado pelas forças armadas, exigindo o voto obrigatório e mantendo as proscrições políticas.

Mas, a ditadura não cairá por si própria. Para a derrubar será necessário uma luta resoluta, dura e difícil, a decisão de combater em todas as frentes. A liberdade terá, de ser conquistada passo a passo. E o povo terá um papel decisivo nesta luta. A resistência autenticamente popular é cada vez mais forte, apoiando-se na luta da CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores), nas acções das forças democráticas e do Partido Comunista.

A ferocidade do regime não tem limites. Durante os primeiros meses de 1979, a vaga de repressões era dirigida contra os comunistas. A prisão de muitos dirigentes comunistas constituiu um golpe sério não só para o PCU como para todas as forças da resistência.

Estes foram presos no momento em que a luta pela unidade de todos os patriotas, desencadeada pelos partidos, pelos sindicatos e pelas organizações de estudantes na capital e noutras regiões do país, tinha atingido uma grande extensão.

Durante 1979, ocorreu uma mudança qualitativa de isolamento da ditadura, no plano político.

Surgiram factores internos e externos que mostram que a sua derrota depende da unidade e da coesão de todas as forças sociais e políticas que lutam contra o regime, da sua capacidade de unir todos os patriotas em volta de um programa claro que indique ao país uma saída para a situação actual.

O golpe de Estado de 1973, não foi apoiado pelos trabalhadores e teve como consequência repressões sistemáticas e uma política económica que agravou a situação no país e conduziu as massas populares à miséria. É assim que as camadas sociais começaram a participar na luta contra o regime cada vez em maior número.

Todas as forças políticas sem excepção condenam a ditadura. O nível da sua mobilização cresce constantemente. A coincidência de pontos de vista dos dirigentes dos vários partidos sobre as consequências negativas do golpe de Estado de 1973 e o conteúdo da declaração assinada por centenas de funcionários do partido nacional testemunham-no.

Isto reflecte o desacordo de todos os meios políticos do país em relação ao "cronograma" e ao mesmo tempo a sua unidade de pontos de vista sobre o programa mínimo capaz de assegurar uma completa democratização do país. A própria Igreja opte-se ao regime e pronuncia-se pela defesa dos direitos humanos.

Em resumo, na vida política e socioeconómica do Uruguai, estão criadas as condições para o derrube da ditadura. Ou se produzem alterações reais ou o país chegará a uma situação semelhante à da Nicarágua sob

o regime de Somoza. Depois do fascismo declarado, o "cronograma" constitui um perigo ainda maior. Eis porque a liquidação do "cronograma" constitui um objectivo imediato de todas as forças patrióticas. A unidade de acção e um programa comum contribuirão para derrubar a ditadura, abrir a via para mudanças políticas reais e para o triunfo de todas as tendências de conciliação.

Para definir o país é necessário consultar o povo. Para isso é necessário criar uma Assembleia Constituinte, eleita pela via do sufrágio universal num clima de observação total das liberdades democráticas, da libertação dos presos políticos e do levantamento das proscrições políticas. Estes passos, paralelamente às medidas económicas necessárias para acabar com a deterioração do nível de vida do povo e para iniciar a reconstrução do país, são capazes de criar a mais larga unidade de forças. A convocação de uma Assembleia Constituinte permitirá colocar os destinos do país nas mãos do povo e de todas as forças democráticas.

Neste momento a ditadura encontra-se mais isolada do que nunca a nível internacional. Assiste-se a um aumento da solidariedade internacional, de que foi prova a resolução da OEA e da Comissão para os Direitos Humanos da ONU, a criação do movimento de solidariedade, as intervenções na VI Conferência dos Países Não-Alinhados. A solidariedade deve exprimir-se antes demais na luta pela amnistia e pela libertação de todos os presos políticos, submetidos

O "cronograma" do fascismo

Numa população de 2,8 milhões de habitantes, centenas de milhares de pessoas são presos políticos, não falando dos mortos nas prisões e dos muitos desaparecidos.

O actual regime é dirigido por Aparicio Mandez, mas o verdadeiro poder real encontra-se nas mãos da junta dos generais surgida aquando do golpe de Estado de 1973. Desde então adoptou uma política de quase completa desnacionalização e aumento constante das despesas com a «segurança nacional» e agravou de uma forma degradante a situação económica do país.

Face à deterioração da sua imagem internacional e ao desgaste produzido no exército pela corrupção e pelas lutas internas, as entidades governamentais anunciaram um «cronograma (calendário político) que inclui um «plebiscito» com vista à elaboração de uma nova Constituição e eleições gerais no próximo ano. No entanto, a esquerda continuará ilegalizada e será apresentado um único candidato à presidência, da escolha das forças armadas.

Perante esta situação, a Frente Ampla, que agrupa as forças políticas que lutam pela democracia, publicou uma declaração de alternativa ao «cronograma», que consiste sucintamente no seguinte:

● Amnistia geral que contemple a libertação dos presos políticos e sindicais, o regresso dos exilados, o regresso ao trabalho dos despedidos, a solução do problema dos desaparecidos.

● O restabelecimento das liberdades democráticas e o levantamento de todas as restrições e interdições.

● A eleição de uma Assembleia constituinte, precedida do restabelecimento da actividade livre de todos os partidos políticos e do povo, que se deverá pronunciar livremente sobre o futuro do país.

● A adopção de medidas imediatas, destinadas a rectificar a situação económica crítica da população.

a torturas físicas e psíquicas, pois a ditadura procura vingar-se da resistência popular, nestas pessoas.

Os patriotas emigrados devem também dar o seu contributo ao alargamento da unidade das forças de oposição à ditadura. A Frente Ampla adquiriu uma força de atracção para todas as correntes democráticas.

No que diz respeito ao Partido Comunista, este prosseguirá a luta no interior do país. Isso é garantido pela actividade plena e abnegação dos seus quadros e militantes de base, a firmeza dos prisioneiros quando torturados; a afirmação do Partido entre a classe operária e o povo, os seus laços indissolúveis com as massas e o seu patriotismo.



Estaremos hoje nas ruas neste Maio de luta e venceremos!

Estaremos hoje nas ruas. Todos. Nas ruas e nas praças que são as salas do povo, do povo quando se junta, das massas quando se luta. Na solidariedade e na alegria que dá a certeza de vencermos, cada trabalhador terá a seu lado uma voz igual à sua para exigir que em nossas casas a vida corra a contento das vitórias alcançadas. Ninguém poderá roubar o que os trabalhadores conquistaram. Évora, Beja, Montemor, Lisboa, Porto, Coimbra, em todas as terras onde há a terra que se defende, salários para viver pelos quais se luta sempre, aqui estamos neste 1.º de Maio que muito tem a exigir com justiça e com razão. Para que acabe o desemprego como ameaça constante, para que o emprego não seja um muro sem alicerces que este Governo derruba contra um direito que é nosso, aqui estamos com a vontade de lutar e de vencer. Derrubar este Governo que usurpa a esperança de Abril para a calar com o passado! Erguer as vozes de Abril para unidos defendermos o regime democrático! Garantir na Constituição o que ela recolhe inteiro para entregar ao futuro! Ter em cada um de nós, operário, trabalhador, o grão da massa que leveda com o fermento da unidade! É isso que queremos hoje milhões de trabalhadores deste País que tantos Maiores passou com as ruas encerradas. Mas onde houve quem rompesse o cerco da repressão para que hoje se grite aqui que deste Governo já chega, que deste Governo não mais! Primeiro de Maio de luta nele estão os trabalhadores com o vigor aumentado pelas lutas deste ano contra um Governo que fabrica onze milhões de mordidas para que só ele, mentindo, possa dizer como roda a Petrogal, que luta lá pode haver, que luta lá autoriza, como vai a Reforma Agrária e quem está com a razão, quando o povo sabe bem onde é que mora a justiça, a justiça verdadeira de quem trabalha e constrói contra um passado de crimes e num presente de lutas. O primeiro de Maio combate, nestas ruas, nestas praças contra um presente de pragas. Os reformados aí estão porque a luta também é sua. Aí está a juventude pelo seu direito ao trabalho, para que Abril vença no ensino, na escola, na habitação que não há, na saúde necessária. A luta é comum e por ela estão todos os que pugnam pelo Abril de quem trabalha. Só aqui não estão, e poucos são, os que vêem no passado o privilégio perdido, a riqueza e o luxo de uns tantos em prejuízo de muitos. Mas os muitos que aqui passam neste Maio combatente conhecem o inimigo, sabem onde ele se mostra, sabem onde ele se esconde preparando o pior para que os outros Maiores morram e se instale a repressão. Por onde passa a vitória, por onde caminha Abril, quem o defende e quem vencerá nós o sabemos e aqui o mostramos hoje nas ruas de Portugal. Venceremos!

